



ALCILEIA
SENA DE FARIAS

**PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE
ENERGIAS RENOVÁVEIS:
INFERÊNCIAS SOCIOEDUCACIONAIS
NA CIDADE DE TRAIRI, CEARÁ,
BRASIL**

Dissertação de Investigação do Mestrado em
Ciências Empresariais.

ORIENTADORAS: Professora Doutora Bogusława Barszczak Sardinha
Professora Doutora Luísa Cagica Carvalho

Setúbal-setembro, 2021

ALCILEIA SENA DE
FARIAS

**PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIAS RENOVÁVEIS:
INFERÊNCIAS SOCIOEDUCACIONAL NA CIDADE DE
TRAIRI, CEARÁ, BRASIL**

JÚRI

Presidente: Professora Doutora Sandra Nunes, Escola Superior de Ciência Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal

Orientadoras: Professora Doutora Boguslawka Sardinha, Escola Superior de Ciência Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal

Professora Doutora Luísa Margarida Cagica Carvalho, Escola Superior de Ciência Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal

Vogal: Professora Doutora Adriana Backx, Universidade de São Paulo

RESUMO

As mudanças climáticas têm levado algumas indústrias a investir em novas pesquisas e tecnologias para a produção de energia a partir de fontes renováveis, como, por exemplo, a energia eólica, solar e hidroelétrica. Muito devido à sua localização geográfica, a região do Nordeste do Brasil tem grandes investidores no setor da energia eólica (energia produzida a partir da força e da frequência do vento), contudo, durante a construção dos parques eólicos, não existe uma obrigatoriedade, segundo a legislação brasileira, de utilizar investimento em projetos de responsabilidade social com a comunidade local. A instalação dessas empresas traz oportunidades de emprego e rendimento para as famílias, porém, após a conclusão das obras e do início da operacionalização, as ações em benefícios a comunidade já não são realizadas com frequência. O principal objetivo do presente trabalho é conhecer os impactos dos projetos que foram desenvolvidos pelas empresas de energias renováveis em três escolas públicas na cidade de Trairi-CE. Como critério metodológico, foram aplicados 2 inquéritos com questões objetivas e subjetivas em março de 2021, destinados à comunidade (gestores, professores, funcionários e pais de alunos) e aos colaboradores (*Chief Finance Officer*, gestores e coordenadores) das empresas de energias renováveis instaladas no município de Trairi. A plataforma eletrônica “*Google Forms*” foi utilizada como ferramenta de aplicação desses questionários, permitindo alcançar os diferentes públicos, contudo, as regras de distanciamento social e sanitárias, resultante da pandemia COVID-19, e o facto de algumas pessoas, principalmente o público “comunidade” não terem facilidade de acesso à internet e também em acompanhar certas *medias* digitais, o número baixo de respostas deste público resultou em apenas 87 pessoas. Relativamente às razões que levam as empresas a investir em práticas de responsabilidade social, 72,7% dos inquiridos afirmam tratar-se de exigências das Instituições Financeiras. O mesmo percentual de respondentes apontou ter como principal dificuldade em implementar ações sociais a falta de estrutura institucional ou administrativa dos beneficiários, seguida pela falta de plano de continuidade e manutenção por partes dos mesmos (45,5% dos inquiridos). Cerca de 45,5% dos participantes afirmaram que o Projeto Educação (Construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica) e o Projeto Saúde na escola (odontológica) foram os que geraram mais impacto na comunidade. Para o público da comunidade, cerca de 96,3% revelam que as ações das empresas beneficiaram a população e que o nível de melhoria indicado por 51,9% dos participantes foi alto. Já para 42% dos participantes, a percepção de melhoria foi de relevância média e apenas 6,1% consideram baixa ou quase insignificante. Globalmente, as empresas realizam projetos na área da responsabilidade principalmente por das “instituições” financeiras, e somente acontece durante a construção do empreendimento. Há fatores que mostram que os investimentos em práticas de responsabilidade social não se dão pela da cultura da empresa e/ou de forma voluntária, também não possuem políticas de acompanhamento dos resultados, levando assim à rotura da relação com a comunidade e da total conclusão dos projetos implementados.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social, Energia Renovável, Comunidades, Impacto Social.

ABSTRACT

Climate change has led some industries to invest in new research and technologies for the production of energy from renewable sources, such as wind, solar and hydroelectric energy. Much due to its geographic location, the Northeast region of Brazil has large investors in the wind energy sector (energy produced from the strength and frequency of the wind), however, during the construction of wind farms, there is no obligation, according to Brazilian legislation, to use investment in social responsibility projects with the local community. The installation of these companies brings job and income opportunities for the families, however, after the completion of the works and the beginning of the operation, actions to benefit the community are no longer carried out frequently. The main objective of this work is to know the impacts of projects that were developed by renewable energy companies in three public schools in the city of Trairi-CE. As a methodological criterion, 2 surveys with objective and subjective questions were applied in March 2021, aimed at the community (managers, teachers, employees and parents of students) and employees (Chief Finance Officer, managers and coordinators) of the installed renewable energy companies in the municipality of Trairi. The electronic platform “Google Forms” was used as a tool to apply these questionnaires, allowing to reach different audiences, however, the rules of social and health distance, resulting from the COVID-19 pandemic, and the fact that some people, mainly the public “community” do not have easy access to the internet and also to follow certain digital media, the low number of responses from this audience resulted in only 87 people. Regarding the reasons that lead companies to invest in social responsibility practices, 72.7% of respondents say that these are requirements of Financial Institutions. The same percentage of respondents indicated that the main difficulty in implementing social actions was the lack of institutional or administrative structure of the beneficiaries, followed by the lack of a continuity and maintenance plan by their parts (45.5% of respondents). About 45.5% of the participants stated that the Education Project (Construction of a physical structure, donation of computer equipment and/or training in educational and pedagogical teaching) and the Health Project at School (dental) were the ones that generated the most impact on community. For the community audience, around 96.3% reveal that the companies' actions benefited the population and that the level of improvement indicated by 51.9% of the participants was high. For 42% of the participants, the perception of improvement was of medium relevance and only 6.1% considered it low or almost insignificant. Globally, companies carry out projects in the area of responsibility mainly for the financial “instructions”, and this only happens during the construction of the project. There are factors that show that investments in social responsibility practices are not based on the company's culture and/or on a voluntary basis, they also do not have results monitoring policies, thus leading to the rupture of the relationship with the community and the total conclusion of the projects implemented.

Keywords: Social Responsibility, Renewable Energy, Communities, Social Impact.

ÍNDICE

Introdução.....	11
Capítulo I	15
1 Revisão de literatura	15
1.1 Concepções históricas e legais em responsabilidade social	15
1.1.1 Definição de responsabilidade social	15
1.1.2 Normas e diretrizes gerais	17
1.1.3 Gestão da responsabilidade social nos setores	19
1.1.4 Instância social nas comunidades	21
1.2 Gestão e responsabilidade social das empresas	22
1.2.1 Investimentos sociais	22
1.2.2 Práticas empresariais e responsabilidade social	24
1.3 Os processos que envolvem a elaboração e implementação das práticas de responsabilidade social das empresas	27
1.3.1 Construção de um projeto de responsabilidade social	27
1.3.2 Implementação de práticas de responsabilidade social	29
1.4 O setor de energia renovável e sua influência socioambiental	31
1.4.1 Mercado da energia renovável	31
1.4.2 Legislação e exigências legais	33
1.4.3 Impacto do setor e influência socioambiental	35
1.5 Contribuições de projetos de responsabilidade social na educação em comunidades.....	37
1.5.1 Importância da responsabilidade social para o setor socioeducacional	37
1.5.2 Benefícios da responsabilidade social para as comunidades	39
Capítulo II	42
2 Metodologia	42
2.1 Tipologia metodológica	42
2.2 Amostra e Instrumento de Pesquisa	43
Capítulo III	47
3 Discussão dos Resultados	47
3.1 Perfil dos entrevistados - empresa	47
3.2 Levantamento dos dados dos investimentos sociais	48
3.3. Análise dos impactos dos projetos	52
3.4 Perfil dos entrevistados - comunidade	54
3.5 Impactos das ações nas comunidades	56
CONCLUSÃO E INVESTIGAÇÃO FUTURA	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO 1	70
ANEXO 2	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - O processo de Gestão Responsável.....	16
Figura 2 - Quantidade de parques eólicos existentes no Brasil.	33
Figura 3 - Etapas da metodologia da pesquisa.....	45

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 - Representatividade na pesquisa por escola (%).....	55
---	----

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1 - Ciclo de Projeto.....	28
Quadro 2 - Total de respostas.....	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivos que levam as empresas a investir em Projetos Sociais.....	48
Gráfico 2 - Momento em que a empresa realizou os investimentos sociais.....	49
Gráfico 3 - Condicionantes consideradas no processo de escolha dos beneficiários com os investimentos sociais	49
Gráfico 4 - Quem decide sobre quem os investimentos sociais beneficiarão.....	50
Gráfico 5 - Continuidade dos investimentos sociais no município.....	51
Gráfico 6 - Dificuldades encontradas no processo de implementação.....	52
Gráfico 7 – Área de aplicação dos investimentos sociais.....	53
Gráfico 8 - Representatividade na pesquisa (%).....	55
Gráfico 9 - Alcance dos projetos na comunidade.....	57
Gráfico 10 – Benefícios de Projeto Saúde na escola	58
Gráfico 11 – Continuidade dos projetos de saúde odontológica.....	58
Gráfico 12 - Benefício da nutrição escolar na comunidade	59
Gráfico 13 - Importância da construção e doação de estruturas e equipamentos	60
Gráfico 14 - Importância da realização dos cursos de formação.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEEÓLICA - Associação Brasileira de Energia Eólica

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia

ISO - International Organization for Standardization

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OS - Organizações Sociais

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPD - Potencial Poluidor Degradador

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

PPP - Parcerias Público Privadas

RAS - Relatório Ambiental Simplificado

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

Introdução

É certo que ter uma maior vantagem competitiva no mercado é uma tarefa exigente para as empresas e organizações, mais ainda num mercado altamente competitivo e dinâmico. Para dominar o mercado, as empresas procuram alcançar menores custos de produção e espaços que ofereçam melhores condições necessárias para essa produção.

O processo da globalização envolve a dinâmica das empresas relativamente à procura de melhores condições de operacionalização. Segundo Giraud (2014, p.37) as empresas “localizam as suas diversas atividades cada vez mais estritamente em função das vantagens que, a seu ver, tal território ou cidade apresenta para o seu género de atividade”, e essa movimentação territorial promove interdependência e interligações entre países, o que envolve fatores, acontecimentos económicos, políticos, sociais e ambientais (Costa & Carvalho, 2016).

A título de exemplo dessa deslocação são as empresas geradoras de energia elétrica, nomeadamente a eólica (energia criada a partir dos ventos). Estas empresas realizam os seus empreendimentos em países como o Brasil e, principalmente, nos municípios localizados no litoral, pois oferecem boas condições para a produção de uma energia proveniente de uma fonte 100% renovável, com um Potencial Poluidor Degrador – PPD baixo.¹

A principal motivação de realizar este estudo no município de Trairi, Ceará – Brasil², tem por base o facto de ser o município com a maior quantidade de complexos de geração de energia eólica do estado do Ceará (Camargo Shubert Engenheiro, 2019), ocupando o quarto lugar do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA²(2021). Para além disso, indo ao encontro desse cenário de produção de energia considerada “limpa” e “amiga do meio ambiente”, é também onde as empresas implementam as suas políticas de responsabilidade social, próximo à população local.

O esforço das empresas em melhorar o nível de competitividade leva as organizações a pensar além das questões económicas e ter uma maior proximidade com os problemas sociais que perturbam as populações que vivem relativamente próximo ou que são impactadas em diferentes graus devido às suas atividades, o que evidencia o aumento de responsabilidades.

¹ A resolução N° 05 altera a de N° 02, ambas de 2019 afirmam que empreendimentos produtores de energia elétrica proveniente de fonte eólica é considerado de baixo impacto, ou seja, esse tipo de empreendimento tem Potencial Poluidor Degrador baixo. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=381557>
2 Trairi – Município localizado no litoral oeste do estado do Ceará, distante cerca de 134km da capital Fortaleza. Disponível em: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/trairi/panorama>)

² ABEEÓLICA- (Associação Brasileira de Energia Eólica) o estado do Ceará ocupa o quarto lugar na produção de energia eólica. Disponível em: (<http://abeeolica.org.br/noticias/energia-eolica-chega-a-18-gw-decapacidade-instalada-no-brasil>)

A quantidade de estudos que discutem a Responsabilidade Social Empresarial-RSE é tão numerosa quanto a diversidade de conceitos encontrados sobre o referido tema. Em meados dos anos 60, nos Estados Unidos da América, registou-se as primeiras abordagens acerca da responsabilidade das empresas (Figueira & Dias, 2011). Já de acordo com Parente e Gelman (2006), na Europa, o termo começa a ser utilizado nas décadas de 60 e 70, tomando uma proporção mundial no início dos anos de 1980. No Brasil, por sua vez, a década que marca as primeiras reflexões sobre o uso do termo foi a de 90, quando em 1992 a cidade do Rio de Janeiro se tornou palco de um dos mais importantes debates sobre o meio ambiente já realizado no mundo, a Eco 92³, que evoluiu para um segundo encontro, em 2012. Na Rio+20⁴, o tema sobre a responsabilidade das empresas começou a ser debatido de forma mais ampla, isto é, incluindo questões ambientais e sociais.

A título de exemplo de discussões empresariais e políticas já mencionadas, sabe-se que têm sido produzidos ao longo dos anos vários estudos e pesquisas que defendem a função das empresas, rejeitando-se a hipótese de estas serem limitadas às exigências legais, nomeadamente no que respeita aos direitos humanos, legislação laboral e criação de riqueza para acionistas, tal como sugere a discussão de Milton Friedman (1970, cit. por em Domingues & Romoaldo, 2012).

A fusão das dimensões ambiental e social com a dimensão económica foi formalizada por Edward Barbier (1987, cit. por Laasch & Conaway, 2015), onde apresenta, através do diagrama de Venn, a interatividade dessas dimensões que, segundo o autor, em conjunto, corroboram para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

As três dimensões, associadas como estratégia empresarial, garantem uma importante vantagem competitiva e também maiores retornos financeiros para as empresas que as adotam, como, por exemplo, a valorização da marca da empresa que mostra uma imagem ética e civil e a preferência de consumidores sensíveis a questões socioambientais, ou seja, tudo pode ser uma questão de escolha da estratégia a ser utilizada no exercício das práticas sociais, segundo Kotler et al., (2012).

³ Eco 92- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cunmad), o evento reuniu cerca de 170 países, representados por chefes de Estado e governo para discutir as mudanças climáticas e questões ambientais, dando origem a cinco documentos que servem de base para as negociações que envolvem o meio ambiente até hoje, entre eles a Agenda 21.
<https://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/rio20/a-rio20.aspx>

⁴ Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Cnuds), teve como missão renovar compromissos com o desenvolvimento sustentável no que toca a urgências ambientais, sociais, económicas e políticas que travam a definição de metas para evitar degradação do meio ambiente. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/rio20/a-rio20.aspx>

Tendo em conta os pressupostos empresariais e académicos, sendo eles estratégicos ou não, o que se sabe de facto é que a chegada de empresas dessa dimensão é vista pela população local como uma oportunidade de melhorar o nível de qualidade de vida, tanto pelo emprego que é criado (de forma direta e indireta), que impulsiona a economia local e cria receitas para a população, como também pela esperança de serem beneficiadas pelas ações e projetos sociais que atendem as necessidades não supridas pelo poder público.

No que respeita à relação entre empresa e população local, o grande desafio é estabelecer uma comunicação efetiva e perceber o que é, e o que não é, a função da empresa, ou seja, o que ela pode ou não realizar sem interferir no poder público, ainda que as necessidades apresentadas pela população sejam válidas e justificáveis.

É de salientar que chegar a um consenso requer algum esforço entre as partes interessadas e, assim, devem ser ponderados métodos adequados de intervenção social, planos de comunicação e competências no âmbito negocial, de modo a atenuar ao máximo o risco de que tais ações promovidas pelas empresas junto à população local não sejam subentendidas como oportunistas ou que pareçam um fator de negociação para moderar conflitos entre empresas e comunidades.

Os esforços aplicados no desenvolvimento do presente trabalho visam elevar a importância e os impactos que as empresas exercem efetivamente na sua responsabilidade num contexto social do lugar em que operam, em especial as populações localizadas em áreas próximas aos grandes empreendimentos, que, de certa forma, assistem, a partir das suas casas, a todo um progresso económico que a produção de energia elétrica proporciona, mas muitas vezes não se sentem parte integrante dele.

Relativamente ao tema (Responsabilidade Social Empresarial), que dá base a este estudo, bem como os autores e as discussões, será apresentado no capítulo I, que se divide em subtemas que apresentam, além de conceitos e definições, questões relativas aos processos de gestão e estratégias utilizadas pelas empresas na implementação dessas políticas, assim como as normas e diretrizes mais pertinentes que as regulam ou apenas orientam acerca da sua realização.

As práticas da responsabilidade social das empresas foram discutidas junto à comunidade local, pelo que será mencionado como se processa essa relação e quais os critérios de escolha dos beneficiários e os respetivos benefícios, assim como os impactos gerados pelos projetos.

O objetivo principal do presente trabalho é conhecer os impactos dos projetos que foram desenvolvidos pelas empresas de energias renováveis em três escolas públicas na cidade de Trairi-CE. Para além disso, para delinear melhor o tema, foram levantados os seguintes objetivos específicos: identificar os projetos de responsabilidade social que as empresas desenvolveram junto às escolas públicas da cidade de Trairi-CE; descrever os processos seguidos para a implementação dos projetos nas escolas públicas da cidade de Trairi; explicar a importância dos projetos de responsabilidade social para as escolas públicas da cidade de Trairi-CE.

Capítulo I

1 Revisão de literatura

1.1 Concepções históricas e legais em responsabilidade social

1.1.1 Definição de responsabilidade social

Inúmeros são os conceitos atribuídos ao termo RSE. Um desses conceitos sugere que “a responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (Comissão Europeia, 2001, p. 4). No contexto europeu, a Comissão Europeia tem procurado estimular as empresas a adquirirem a responsabilidade social que lhes compete, visando alocar a Europa num lugar de destaque em relação às práticas de RSE. A primeira tentativa surgiu no ano de 1993, pelo Presidente Jacques Delors, por forma a que as empresas fizessem parte da luta contra o processo de exclusão social, resultando assim numa grande aderência, a qual acompanharam diferentes iniciativas.

Neste sentido, a Comissão Europeia defende também que tais práticas podem ser executadas de forma universal e não apenas a empresas multinacionais, como também pelas pequenas e médias empresas, reconhecendo o importante contributo destas em termos económicos e sociais nas comunidades em que estão inseridas. Contudo, é esperado que as empresas possam interferir de forma positiva na sociedade, mesmo que, segundo Bertoncello & Júnior (2020) existam outros fatores que as levem a agir nesse sentido, como:

[...] e dinâmico, com significados diferentes em contextos diversos e está relacionado a diferentes idéias. Para alguns ele está associado à idéia de responsabilidade legal; para outros pode significar um comportamento socialmente responsável no sentido ético; e, para outros ainda pode incluir os impactos diretos assim como os que afetam terceiros, o que envolve toda a cadeia produtiva e o ciclo de vida dos produtos. Para ele a responsabilidade social desdobra-se em múltiplas exigências: relações de parceria entre clientes e fornecedores, produção com qualidade, satisfação dos usuários, contribuições para o desenvolvimento da comunidade; investimentos em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente, participação de funcionários nos resultados e nas decisões das empresas [...] (Bertoncello & Júnior, 2020, p.01).

É imperativo que a responsabilidade social empresarial seja um processo contínuo dentro das empresas, fazendo, deste modo, parte da estratégia da organização. Contudo é igualmente importante que seja implementada dentro de valores éticos e morais relevantes, quer ao nível interno, quer ao nível externo (sociedade como um todo).

Nessa linha de pensamento, Jesus et al., (2017) promovem uma discussão destacando que:

A denominada “crise moral” e o clima global de falta de ética e de responsabilidade social da sociedade, em geral e das empresas em particular, aumentam o risco de práticas de contabilidade criativa e relato financeiro fraudulento, levantando-se, inevitavelmente a discussão da RSE (Responsabilidade Social das Empresas) e ética em torno da contabilidade. O aparecimento de conceitos como a RSE veio contribuir para que haja organizações mais transparentes, nas quais é efetivo o compromisso ético. Contudo, a discussão da ética e da responsabilidade social em torno das empresas, da gestão e da contabilidade são áreas do saber que, apesar de terem sofrido grandes mudanças nas últimas décadas, encontram-se ainda pouco desenvolvidas e difusas (Jesus et al., 2017, p. 2).

Ainda se confunde responsabilidade social com ações pontuais que tenham como objetivo mencionar o nome das empresas que as praticam como um golpe de marketing de “boa conduta”, como, por exemplo, pintar o muro de uma escola ou doar roupa para o inverno.

Para que uma empresa possa desenvolver uma gestão mais responsável e, até mesmo, civil, há duas etapas a serem atendidas. A primeira é a gestão interna e a segunda é a gestão voltada para o externo da organização, conforme Melo & Froes (2001). Nesse sentido Upton & Fuller (2013, cit. por Laasch & Conaway, 2015, p. 30) afirmam “A relevância geral de integração de processos gerenciais e funções fundamentais (...) permitem as empresas a alcançarem a sustentabilidade corporativa e o alinhamento da força de mercados e não de mercados que influenciam a empresa.” A Figura 1 mostra o processo de gestão responsável.

Figura 1 - O processo de Gestão Responsável.



Fonte: Adaptado de Laasch & Conaway (2015, p.40).

Ainda a respeito do debate, é fundamental fazer uma breve contextualização do conceito de desenvolvimento sustentável, visto que é um conceito com um objetivo que, para além de

orientador, é também muito reconhecido internacionalmente, logo depois da publicação, no ano de 1987, do relatório “Nosso Futuro Comum”, ligado à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas-ONU, o que reforça o desenvolvimento sustentável numa base composta por três pilares essenciais: ambiental, social e económico.

Segundo as dimensões ambiental, social e económica, o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe que atender as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das próximas gerações em atender as suas próprias necessidades, deve acontecer de modo interdependente, como, por exemplo, a erradicação da pobreza requer a promoção da justiça social, o desenvolvimento económico e, conseqüentemente, a proteção do meio ambiente. Portanto, perante tantas características que definem se uma empresa é, ou não, socialmente responsável, é possível afirmar que o conceito de RSE não é único e singular.

1.1.2 Normas e diretrizes gerais

A norma internacional que permeia as diretrizes sobre as práticas de responsabilidade social é a *International Organization for Standardization - ISO 26000*, isto é, uma norma brasileira, lançada no dia 1 de novembro de 2010, em Genebra, Suíça, e no Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010. De acordo com a norma, a responsabilidade social tem por base o desejo e o objetivo das organizações apresentarem avaliações socioambientais nos seus processos de decisão, além de se responsabilizarem pelas conseqüências das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente (ISO 26000, 2010).

Todo este cenário implica uma conduta ética e transparente que coopere para o desenvolvimento sustentável e que esteja consolidada na cultura da organização. Tal norma fornece direções para todos os tipos de organização que desejem implementar políticas de RS e, além disso, aponta tendências e características da responsabilidade social, conceitos, termos e definições, princípios e práticas relativas à responsabilidade social, formas de identificação e associação das partes interessadas, entre outros fatores.

Além do que foi apresentado anteriormente, Fernandes (2018) amplia a discussão, referido que:

Uma infinidade de padrões e diretrizes do sistema de gerenciamento abordam diferentes perspectivas de sustentabilidade corporativa, como a ISO 9001 sobre qualidade, a ISO 14001 sobre o meio ambiente, a OHSAS 18001 sobre saúde e segurança, a série AA1000 sobre garantia de responsabilidade e envolvimento de partes interessadas, a SA 8000 sobre responsabilidade social e ISO 26000 sobre responsabilidade social corporativa. A integração dos sistemas de gestão tem os seus desafios, obriga a clarificar

a estrutura, os processos, os métodos e a estabelecer controlos adequados para obter uma dinâmica de melhoria contínua (Fernandes, 2018, p. 18).

Importa então saber que a ISO 26000/2010 é uma norma de diretrizes e de uso livre e, além disso, não visa nem é apropriada a fins de certificação. No âmbito da responsabilidade social é de mencionar também a ABNT⁵ NBR⁶ 16001, uma vez que esta é uma norma de “sistema de gestão”, sendo a sua primeira edição publicada em novembro de 2004 e a segunda versão atualizada em julho de 2012, fundamentada na ISO 26000 de 2010.

A NBR 16001, por ser uma norma de sistema de gestão, está suscetível a auditorias que assentam em indicadores averiguáveis, podendo assim a organização procurar a certificação através de uma terceira parte, o que não sucede com a ISO 26000. Nesse sentido, o INMETRO⁷ desenvolveu o Programa Brasileiro de Certificação em responsabilidade social conforme a NBR 16001, desde a sua primeira versão e, atualmente, trabalha sobre um plano de passagem, através da Portaria INMETRO/MDIC nº 407 de 02/08/2012 para as organizações. As organizações certificadas segundo a norma ABNT NBR 16001/2004 podem, em qualquer altura, a contar da data de publicação da referida Portaria, transferir-se para a versão atual da norma, consoante a auditoria.

É ainda de ressaltar que a aplicação na Norma NBR 16001 não garante, por si só, implicações significativas, mas, por se tratar de um sistema de gestão da responsabilidade social, estimula as organizações a levar em consideração a implementação da melhor prática disponível, quando é adequado e economicamente exequível. A aplicação da norma NBR 16001 não suprime, compreende ou substitui o uso das normas da série NBR ISO 9000 ou NBR ISO 14000, possibilitando assim que as organizações possam aplicá-las em conjunto ou em particular, tendo em conta os seus objetivos estratégicos e assumindo novas posturas empresariais na forma de operar e gerir os negócios, considerando as expectativas das outras partes interessadas.

Um outro ponto importante é que para agir de forma cada vez mais responsável pelas ações e decisões, as organizações precisam de comunicar o que é feito, quer seja interna ou

⁵ ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

⁶ NBR- Norma Técnica Brasileira

⁷ INMETRO- O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro ou INMETRO) é uma autarquia federal brasileira, no formato de uma agência executiva, vinculada ao Ministério da Economia.- Grandes empresas apresentam os seus relatórios anuais as atividades realizadas no âmbito social e ambiental. Visando atender à procura crescente apresentada por diferentes stakeholders, como investidores e consumidores conscientes de sua cota de responsabilidade, muitas vezes exigidas de forma legal, ou de maneira seletiva por parte do consumidor que tem no poder de escolha e de compra a possibilidade da escolha. Disponível Em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto>. acedido em 04-04-2021

externamente. De facto, isso também é ser socialmente responsável e este é um dos princípios a ser respeitado, ou seja, ainda que duas organizações desenvolvam atividades similares, mas que demonstrem níveis distintos de desempenho de responsabilidade social, segundo as políticas, objetivos e metas de responsabilidade social, ambas podem seguir os requisitos da norma NBR 16001 (Pereira, 2017). Segundo Bertoncello & Chang-Júnior (2020):

Uma ação social bem conduzida garante a qualquer empresa posição de destaque na sociedade onde atua e este é fator decisivo na autopreservação empresarial. Com imagem reforçada e dependendo dos resultados dos projetos sociais por ela financiados, a empresa torna-se mais conhecida e vende mais. Seus produtos, serviços e, sobretudo sua marca ganha maior visibilidade, aceitação e potencialidade. Clientes tornam-se orgulhosos de comprar produtos de uma empresa com elevada responsabilidade social. Fornecedores sentem-se motivados em trabalhar como parceiros de uma empresa desta natureza. O governo e a sociedade civil tornam-se parceiros desta empresa em seus empreendimentos sociais. Os concorrentes reconhecem o ganho de valor desta empresa (Bertoncello & Júnior, 2020, p.06).

As grandes empresas apresentam nos seus relatórios anuais as atividades realizadas no âmbito social e ambiental, além dos resultados econômico-financeiros, tal como se procedia à pouco tempo, no entanto ainda se trata de uma ação voluntária realizada pelas empresas brasileiras, mesmo que se tenha avançado na tentativa de se tornar uma, conforme menciona Ashley (2019, p.17) referindo-se ao projeto de Lei de nº 117/1996 e o de nº 3.116/1997 que prosseguiu no Senado Federal, no entanto nenhum se concretizou efetivamente. Sem se tornar uma exigência legal, e sem qualquer forma de padronização, a realização das práticas sociais por diferentes empresas, comunicadas de diversas formas, corroboram com a existência de falsas informações sobre o desempenho social, ambiental e ético das empresas, e “uma vez que a empresa perde a confiança dos stakeholders é muito difícil de recuperar a colaboração e a benevolência das pessoas”, afirma Laasch e Conaway (2015, p. 15).

1.1.3 Gestão da responsabilidade social nos setores

A responsabilidade social empresarial ganhou força na década de 70 como forma de atender à crescente procura da sociedade por uma maior contribuição das empresas em relação à participação efetiva no que respeita ao atender das necessidades. Sabendo que cada setor da economia e cada atividade produtiva influencia de um modo diferente e também em diferentes escalas e abrangências, podemos dizer que, efetivamente, o mundo está cada vez mais interligado e é cada vez mais multifacetado.

A resposta das empresas às necessidades sociais são alvo de cobrança por parte da sociedade, uma vez que esta não se satisfaz com publicações superficiais publicadas nas páginas

oficiais e nas redes sociais das organizações, isto é, a abordagem não é tão persuasiva. A sociedade está a assumir cada vez mais o papel de agente fiscal, ou até de juiz, daqueles que publicam as suas ações e, portanto, valorizam as organizações que fazem e promovem as mudanças e são efetivas nas suas ações em prol da preservação dos recursos naturais e do bem-estar.

As práticas de RSE passaram a ser, essencialmente, mais valorizadas pelos consumidores e pelos próprios funcionários das organizações. De acordo com uma pesquisa realizada em setembro de 2019, pelo Instituto IPSOS⁸, sabe-se que 8 em cada 10 brasileiros optam por empresas que apoiam alguma causa social, sendo as mais destacadas a educação e as oportunidades de aprendizagem. Este novo tipo de comportamento acaba por pressionar as empresas a agirem neste sentido e a realizarem ações de responsabilidade social que podem efetivamente assumir.

Nesta linha de pensamento, Santos & Silva (2010), declaram:

No âmbito de uma responsabilidade corporativa mais alargada e de intensificação das relações com os stakeholders, as redes sociais criadas funcionam frequentemente como um recurso importante para consolidar as relações de confiança no contexto da atividade do negócio e, não menos frequente, como uma oportunidade para criar parcerias, ou como fonte de informação relevante para a melhoria do processo de negócio (Santos & Silva, 2010, p. 201).

Desta forma, as práticas de responsabilidade social exercidas pelas empresas, tanto no âmbito interno da corporação como no alcance de outros públicos com as suas ações externas, tornam-se uma opção de “controlo” para os problemas sociais atuais. Neste sentido, o poder público pode contribuir através de políticas públicas que estimulem e apoiem o desenvolvimento de tais práticas pelo setor empresarial. Segundo Domingos & Romoaldo (2012, p.51), “...Todos os grupos sociais têm uma participação no bem-estar das sociedades, e que o bem-estar pode ser aumentado com a inclusão de todos os stakeholders”.

Perante tantos conceitos sobre o tema, o que se pode afirmar que têm em comum é que não há um só que defina o que é a responsabilidade social empresarial de forma sucinta, objetiva e universal. Assim, quando uma empresa tenta ser socialmente responsável ou deseja criar um campo voltado para esse tipo de gestão, é imprescindível desenhar um processo contínuo com a finalidade de otimizar a sociedade. Assim, utilizar recursos naturais renováveis, políticas de

⁸ Instituto IPSOS- É a terceira maior empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. Fundada na França em 1975, a IPSOS conta hoje com 16.000 funcionários e está presente em 87 países, incluindo o Brasil. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipsos>, acedido 04-04-2021

redução de riscos relativamente ao meio ambiente e a execução de projetos sociais com investimentos próprios ou provenientes e incentivos fiscais (como é o caso da aplicação de recursos passíveis de dedução no Imposto de Renda) são, de grosso modo, alguns exemplos de ações possíveis de serem realizadas como forma de contribuir para o desenvolvimento de uma postura empresarial considerada socialmente responsável.

1.1.4 Instância social nas comunidades

É sabido que a responsabilidade social é, cada vez mais, parte integrante da vida das empresas, o que estimula outras atividades que não girem em torno da função económica. A origem desta mudança talvez seja limitada pelo próprio mercado, que é composto de consumidores cada vez mais exigentes quanto às questões socioambientais. Essa mudança de comportamento é percebida, por exemplo, no momento de decisão, no qual este tipo de consumidor considera fatores que vão além da qualidade e preço do produto, valorizando marcas e empresas envolvidas, de alguma forma, com o “bem-estar” da sociedade.

É em ambientes tão dinâmicos como o mercado, que líderes e gestores necessitam de habilidade e competência na direção dos negócios e, especialmente, no que pode afetar diretamente a imagem da organização, estando por isso atentos às expectativas de diferentes públicos, nomeadamente o consumidor. De facto, os comportamentos que são socialmente responsáveis revelam-se uma mais-valia para as empresas que apresentam interesse em ampliar o seu apoio social, além do que é decretado por lei. No entanto, é de salientar que se tratam de ações voluntárias, mas que exigem a criação de uma nova cultura empresarial.

Para melhorar a gestão das práticas sociais, muitas empresas criam instituições relacionadas, mas com funções inclinadas para o social. No Brasil, é comum as empresas privadas criarem fundações e/ou institutos com características, funções empresariais e obrigações legais que não estejam ligadas à criação de lucro diretamente, mas, ao invés, a função social e até filantrópica, que através delas as empresas implementam as suas políticas de responsabilidade social, utilizando-se nomeadamente incentivos fiscais disponibilizados pelo Governo Federal, de forma individual ou em parceria com outras organizações sociais, como, por exemplo, instituições governamentais e organizações não-governamentais. É ainda de ressaltar que as ações e investimentos sociais exigem investimentos financeiros que, independentemente da fonte ou de quem os implementa, envolve administração financeira e contabilidade.

É necessário ressaltar que estas ações, como forma de contributo social realizado por empresas, surgem geralmente em três áreas caracterizadas como: apoio a programas de governo, difusão de melhores práticas (*best practices*) e provisão de serviços. A respeito do seu significado político ou da efetiva alteração social produzida, as práticas de responsabilidade social empresarial apresentam-se principalmente junto às populações que são impactadas diretamente com as atividades, como forma de assistência social e contribuição institucional para o bem comum.

Do ponto de vista de Leandro & Rebelo (2011) é necessário salientar que:

Apesar da RSE ser multi-dimensional e ter uma face muito visível na esfera pública, interessa-nos particularmente o aspecto menos mediático da RSE – a sua dimensão interna, enquanto estratégia deliberada para a gestão responsável das pessoas e dos recursos, criando ambientes de trabalho saudáveis, construindo empresas que geram valor para os seus colaboradores (Leandro & Rebelo, 2011, p.01).

Nesta perspetiva, mesmo que as ações de responsabilidade social empresarial sejam embrionárias e desenvolvidas através de ações pontuais ao público interno e/ou externo, procurando de forma estratégica melhorar a sua imagem e, com isso, o retorno financeiro, o que se sabe é que tais práticas se revelam importantes no processo de mobilização da responsabilidade das empresas para com a sociedade.

1.2. Gestão e responsabilidade social das empresas

1.2.1. Investimentos sociais

É certo que procurar contribuir com o desenvolvimento social com a preservação do meio ambiente, assim como garantia por si próprio e por meio da rede de parceiros, tem aumentado de modo significativo o respeito pelos direitos humanos. Neste contexto, podemos designar a implementação de projetos socioambientais, que tem como base fundamental ser um trabalho colaborativo e saudável através do diálogo entre as partes interessadas que partilham dos mesmos interesses e, entre eles, o bem-estar de todos.

A implementação desse tipo de projeto pode ser destinada ao público interno e externo da organização, de forma a responder aos interesses e expectativas dos stakeholders. Esses projetos não estão, muitas vezes, alinhados com o conceito de sustentabilidade e governação corporativa, devendo ser parte da política estratégica da empresa e não como uma ação isolada ou mesmo sazonal. É ainda de ressaltar que mesmo em momentos de crise, muitas empresas continuam a investir na sustentabilidade, responsabilidade social e em qualificação dos

trabalhadores, distribuindo esforços organizacionais para além da ambição dos resultados financeiros.

Levando em consideração o referido, é necessário destacar que no ponto de vista de Mello & Mello (2018):

O comportamento das empresas acostumadas à pura e exclusiva maximização dos lucros vem se modificando ao longo dos últimos anos, em função da incorporação da ideia de responsabilidade social aos negócios. Com o surgimento de uma pressão maior por transparência nos negócios, a responsabilidade social surge como uma postura mais responsável das empresas, em suas ações (Mello & Mello, 2018, p. 84).

Sobre esse contexto, é importante referir que as estruturas internas devem promover mecanismos de governo eficazes, ampliando a confiabilidade do investidor externo. Deste modo, as práticas socialmente responsáveis podem diminuir a assimetria de informações entre investidores e gestores, em particular sobre o aspeto da governação corporativa. Assim, a estrutura do sistema de gestão de responsabilidade social torna-se imprescindível.

A criação de estratégias que ofereçam uma mais-valia para as organizações que se manifestam nesse sentido vão além do planeamento estratégico, critérios e mensuração de resultados por elas promovidos. A evolução das organizações, ao longo dos séculos passados, tem colaborado com a constituição desse modelo de gestão, no qual as instituições e empresas se tornaram responsáveis por atender às diferentes necessidades sociais (Melo & Froes, 2001).

Considera-se ainda que os governos foram, ao longo do tempo, submergindo a sua função social e a sua responsabilidade e dever de atender as necessidades básicas dos cidadãos, comprovando ao longo do tempo a sua ineficiência em desempenhar o seu papel de principal provedor e moderador das necessidades básicas para a sobrevivência, saúde e segurança da sociedade. Deste modo, é possível inferir que os indivíduos passaram a esperar das empresas tais responsabilidades, antes atribuídas excepcionalmente ao Estado. Assim, emerge desse processo de aprovação das empresas que atendem as necessidades sociais, o fenómeno da responsabilidade social empresarial.

Desse modo, conforme afirmam Oliveira & Guimarães (2017):

A configuração atual do capitalismo exigiu das empresas um compromisso mais estreito com o contexto da realidade social em que desenvolvida a atividade empresarial. O instituto da responsabilidade social das empresas condensa um conjunto de atividades que, embora não assumam a feição estrita de vinculação legal, acaba por conformar a atividade empresarial com reflexos sociais e jurídicos, capazes de influenciar os rumos da evolução social. As ações de responsabilidade social contemplam uma dinâmica de preservação da imagem da empresa e de seus produtos na realidade social em que ela está inserida (Oliveira & Guimarães, 2017, p. 101).

Os autores supracitados falam no atual capitalismo, entretanto as primeiras discussões sobre responsabilidade social surgem no final do século XIX e início do século XX. Mas foi a partir dos anos 60 a 2000 que o tema foi tratado de forma mais pragmática, com a importante contribuição da comunidade europeia, a partir do já citado Livro Verde no ano de 2001 (Domingues & Romoaldo, 2012).

Os investimentos financeiros aportados na execução de tais práticas, “ainda que possa haver incremento de custos na elaboração de projetos em novos moldes, as empresas podem se beneficiar das vantagens competitivas advindas de investimentos em práticas socialmente responsáveis, no médio e longo prazo” (Branco & Rodrigues, 2006, cit. por Kruglianskas & Pinsky, 2019, p.109), sendo este um dos fatores que influenciam a atuação das empresas na implementação das políticas sociais (Rodrigues & Duarte, 2012). Da mesma forma, tornam-se alvo de pressão da sociedade sobre práticas e benefícios, por elas proporcionados, para além do objetivo do negócio e das exigências legais.

Partindo de um estudo sobre as indústrias extra ativistas de petróleo no Gana e as suas respetivas ações sociais, Ablo (2020, p.03), afirma que “A RSC implícita não é, entretanto, uma decisão voluntária deliberada das empresas para iniciar e implementar projetos de CSR”. O Livro Verde, já citado anteriormente, frisa a importância da característica “voluntária”, ao passo que Melubo et al., (2017) levanta novas questões num estudo a respeito das motivações e barreiras sobre o empenho na RSC da indústria do turismo na Tanzânia.

Os autores apresentam motivações, tais como: a manutenção da legitimidade social; a influência da matriz; necessidade de atender às expectativas da comunidade; atrair turistas; cuidar do meio ambiente; o que deixa frágil a questão ser uma ação voluntária.

1.2.2 Práticas empresariais e responsabilidade social

A partir dos anos 2000, o tema da responsabilidade social empresarial integra o seu discurso com o conceito de desenvolvimento sustentável, tornando-se cada vez mais importante discutir acerca desse debate, implicando mais ainda a necessidade de intervenção no campo social por parte das empresas. De modo a contextualizar o assunto, é necessário perceber que o papel das empresas dentro da sociedade vai além da criação de riqueza e empregos e o cumprimento de obrigações legais e éticas para com os funcionários e outras partes interessadas no negócio.

Contudo, muitas são as questões levantadas diariamente, como, por exemplo, a razão da importância no domínio social. As ações e as decisões que as empresas tomam podem

influenciar consideravelmente não só os modos de produção, como também a qualidade de vida dos seus diferentes públicos, quer seja no âmbito interno e local, isto é, nas proximidades, quer seja noutras partes do mundo, caso os impactos ambientais sejam produzidos localmente afetem populações residentes num outro extremo do planeta. Portanto, dependendo do impacto, quer seja negativo ou positivo, as empresas podem afetar vários stakeholders, em locais distintos.

É consensual que, atualmente, as empresas detêm um grande poder de influência, o que se repercute também nas esferas políticas, sociais e ambientais, além da económica, e é perante essa amplitude de interferências que surge o conceito de empresa socialmente responsável. Esta nasce da convergência de dois conceitos elementares, sendo que é a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, do conceito de responsabilidade social e da harmonização de ambos, que se entende o que é uma empresa socialmente responsável. Segundo explicita Aramaki (2020) na sua obra: *responsabilidade social das empresas em meio a pandemia do Covid-19 no ano de 2020: Uma análise a partir de múltiplos casos do comitê Itaquí-Bacanga*:

A partir dessa visão do que seria RSC, as empresas comprometidas com a mesma, devem tomar suas decisões estratégicas baseadas na transparência e que respeitem os direitos humanos com o objetivo de garantir um bem-estar na comunidade em que atuam. As constantes mudanças no setor corporativo desde a revolução industrial, fizeram grande parte das empresas tentarem buscar formas de planejar e criar estratégias para esse futuro incerto. Esse contexto ficou conhecido pós guerra fria a partir de 1990 como Mundo VUCA (acrônimo para volátil, incerto, complexo, ambíguo - em português), demandando das empresas, agilidade, resiliência, flexibilidade e multidisciplinariedade (Aramaki, 2020, p.09).

Sendo então a principal e primordial função de uma empresa a capacidade de criar riqueza e realizar a distribuição dessas riquezas entre os funcionários, sócios, acionistas e proprietários de forma justa e dentro dos padrões legais, a empresa também contribui com a economia e criação de riquezas da população onde ela se instala e operacionaliza as suas atividades, podendo alcançar âmbito municipal, estadual, nacional ou até mesmo internacional, dependendo das suas atividades e da sua rede de fornecedores, consumidores e outras partes envolvidas no negócio, sendo este o primeiro pilar que determina se a empresa é socialmente responsável.

O segundo pilar que determina se uma empresa é socialmente responsável passa necessariamente pelo cumprimento das regras e normas do local onde está inserida, sejam normas municipais, estaduais ou federais, não podendo deixar de cumprir as determinações

legais, que regulam as suas atividades, quer sejam obrigações tributárias, laborais, civis, penais etc.

E como terceiro domínio, talvez o mais difícil para as empresas, é o domínio ético com compromissos efetivos com o meio ambiente e com o bem-estar da sociedade. Corroborando com o que já foi mencionado, as empresas devem tentar ir mais além, não basta apenas cumprir e atender os requisitos legais, ou seja, precisam de assumir uma postura assertiva que revela compromisso com o meio ambiente, trabalhadores, entidades governamentais, com a sociedade de modo geral, antes mesmo da obrigatoriedade das leis (Mello et al., 2012).

Corroborando com a discussão, Treptow et al., (2019) menciona que:

As atividades produtivas nesse novo contexto devem ser acompanhadas pela responsabilidade com as premissas da sustentabilidade, a fim de minimizar possíveis impactos socioambientais negativos decorrentes dos processos industriais, portanto, a preocupação com o uso consciente dos recursos naturais adquire maior relevância no ambiente empresarial, de modo que as organizações não devem considerar apenas os aspectos econômicos, mas também as questões sociais e ambientais em suas práticas (Treptow et al., 2019, p. 70).

Globalmente, estas reflexões contribuem para a promoção de um debate com bases em questões teórico-práticas que impulsionam o investigador, leitor e profissional a assumir um papel permeado por sentidos e significados congruentes à realidade concreta de cada segmento. É ainda de ressaltar que a política empresarial exercida sobre a responsabilidade socioambiental já tem como premissa a sua verdadeira e legítima função. Sendo assim, torna-se cada vez menos possível que as empresas possam assistir de forma neutra às carências da sociedade onde exercem as suas atividades, assumindo apenas funções e obrigações económicas, segundo o contributo a tal questão dado por Domingues & Romoaldo (2012), que afirmam:

A RSO é produto e meio da relação entre sociedade e organizações, no contexto político, económico e social, no qual é progressiva a expectativa das comunidades sobre o desempenho das organizações e a necessidade de receberem informações acerca das necessidades sociais da sua actuação (Domingues & Romoaldo, 2012, p. 13).

Deste modo, os autores referem-se cada vez mais a uma postura participativa e cooperativa por parte das empresas com outras áreas e, para além disso, comunicar as suas ações torna-se cada vez mais imperativo. Nesse contexto, e corroborando com o supracitado, Kruglianskas & Pinsky (2018, p.111) afirmam que “empresas com fortes impactos ambientais, sofrerão pressões de órgãos reguladores, consumidores, investidores, ONG`s, credores, seguradoras, funcionários e formuladores de políticas públicas para que atuem de forma mais

responsável com relação ao planeta”. Portanto, as práticas de reponsabilidade empresarial e a necessidade de as empresas agirem nesse sentido provém do próprio mercado, dos órgãos reguladores, e da sociedade como um todo.

1.3. Os processos que envolvem a elaboração e implementação das práticas de responsabilidade social das empresas

1.3.1 Construção de um projeto de responsabilidade social

A elaboração de projetos que tenham uma perspectiva de colaborar com o desenvolvimento local dá-se através de alguns princípios que carecem de esclarecimento ao longo da seção. É importante considerar ainda que a responsabilidade social das empresas tem relação direta, mas não apenas, com a sua obrigação de prever e minimizar os impactos causados à natureza resultantes das suas atividades, como também o seu dever de restaurar qualquer dano causado de forma propositada, ou não, mas que acaba por afetar o desenvolvimento sustentável (Kruglianskas & Pinsky, 2018).

Segundo Rodrigues & Duarte (2012, p. 159) “O apoio a um projeto social precisa ter consistência estratégica e objetivos claros para que a ação seja efectiva”. Tendo em conta que as partes beneficiadas pelos investimentos sociais são, geralmente, populações que são de diferentes formas impactadas pelas atividades das empresas, são importantes a identificação e a definição das suas principais necessidades, assim como qual a melhor e mais adequada metodologia para promover um diálogo transparente com cada uma delas.

Nesse sentido, é necessário ter em consideração alguns pontos de observação sobre a elaboração de projetos de responsabilidade social. Segundo Fialho et al., (2019, p.104) “a elaboração de um diagnóstico social é uma construção metodológica que tem inerente um conjunto complexo e encadeado de fases que vão da identificação de um problema a redação de um documento final”. Ainda segundo o autor, um ponto importante para a execução de projetos socioambientais que queiram de facto promover resultados específicos é na fase de planeamento, ou seja, pensar nas etapas (como serão realizadas, quem irá fazer o quê, quanto tempo, quanto irá custar, quem serão os parceiros, entre outras questões). Segundo Guerra (2007, cit. por Fialho et al., 2019).

O planeamento moderno assenta num conjunto de <<ingrediente, entre os quais se inseri o <<pensar no futuro>>, <<agir sobre o futuro>>, <<decidir>>, criar um <<plano integrado de decisões>> e um <<procedimento formalizado >> que tem por finalidade produzir um resultado articulado sob a forma de um sistema de decisão” (Fialho et al., 2019, p. 22).

O autor também refere que todo o projeto tem o seu ponto de partida e que na literatura é possível que se encontre várias estruturas que dão forma ao ciclo de vida de um projeto, mas que na sua visão quatro fases são fundamentais, como segue no Quadro 1.

Quadro 1 - Ciclo de Projeto.

1	Conceção/iniciação ou ideia do projeto	Uma fase preliminar é essencial para que se possa perceber quais as necessidades de intervenção, ou seja, qual o problema ou oportunidade social que apresente viabilidade, acerca de riscos e impactos.
2	Planeamento do projeto	A fase de planeamento é analisada, com base na fase anterior, onde se compreender a fundo o problema e ajustar quais os recursos que serão necessários, como pessoas e finanças de acordo com cada ação.
3	Implementação ou execução	Trata-se da implementação propriamente dita, na qual necessita de gestão das ações preconizadas anteriormente
4	Encerramento	Fase onde tem-se a necessidade da avaliação no sentido de buscar perceber se a intervenção impactou efetivamente o problema social comparativamente ao que foi planejado.

Fonte: Adaptado de Fialho et al., (2019, p.25).

Os projetos socioambientais têm como uma das suas finalidades melhorar a qualidade ambiental, assim como a qualidade de vida da população beneficiada por esse tipo de projeto. No entanto, para que seja viabilizado, é preciso agir assertivamente, e sobre o uso de ferramentas para a exploração de alternativas, é possível destacar os seguintes: Modelo PRECEDE; Marketing Social; Revisão Bibliográfica; Técnicas de Criatividade (De Grupo, Delphi); Grupos Nominais; Grupos de Criação Participativa; *Brainwriting*; Associações de Ideias: Brainstorming, Cinética, Pensamento Lateral (Ander-Egg & Idáñez, 2008).

Considerando o que foi referido, especialistas, autores e autoras como, por exemplo, Coutinho (2019) defende que:

Nos projetos, as partes interessadas precisam discutir as estratégias para cumprir suas responsabilidades sociais. A implementação da responsabilidade social se traduz em políticas, medidas, técnicas e atividades realizadas pelas partes interessadas. Em projetos de construção, tais práticas incluem projetos de construções verdes, iniciativas de relatórios sustentáveis, sistemas de gestão ambiental, participação pública e compras verdes. Como as partes interessadas têm recursos diferentes, elas devem ser engajadas de maneira diferente. No nível organizacional, é crucial descobrir como responder estrategicamente aos problemas complicados decorrentes do ciclo de vida de um projeto (Coutinho, 2019, p. 16).

Na dimensão da visão e estratégia surge a criação da proposta de valor e os modelos de negócio, através da qual é percebido como é que as empresas incorporam nos seus negócios e

estratégias a temática da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade, em relação a outras ações da empresa. Nesse sentido, estão as ações de governação organizacional, tendo como subtema, a governação, os códigos de conduta e as adequadas técnicas de prestação de contas (Lázaro & Gremaud, 2016). Ainda dentro da dimensão governação e gestão, tem-se outros subtemas ligados a elas, a saber: Concorrência Leal, Prática Anticorrupção e Envolvimento Político Responsável e Sistema de Gestão.

A dimensão social trata do tema dos direitos humanos e, como subtema, as situações de risco para os direitos humanos, políticas de inclusão social (de género, de raça, de opção sexual), assim como outras ações afirmativas nesse sentido, além de incluir questões de direitos e de políticas laborais, que aborda como subtema as relações de trabalho, desenvolvimento profissional, formas de benefícios, assim como saúde e segurança no trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores, entre outras questões que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedades mais igualitária e justa.

1.3.2 Implementação de práticas de responsabilidade social

A implementação de práticas empresariais, que abordam o tema da responsabilidade social, promove a competitividade entre empresas que, progressivamente, melhoram as relações com os diferentes públicos que dependem e mantêm parcerias, nomeadamente a comunidade local, localizada na proximidade dos empreendimentos, as instituições governamentais, que regulam e controlam as suas atividades e a sociedade. Em boa verdade, as empresas têm expectativas e interesses que ultrapassam as questões económico-financeiras.

A implementação de projetos de responsabilidade social segue, necessariamente, etapas em que o primeiro ponto é realizar uma análise da região onde a empresa deseja executar o projeto, assim como a identificação de possíveis problemas ou necessidades vivenciadas pela população e, conforme já mencionado, é preciso usar técnicas e ferramentas adequadas para a realização de diagnósticos situacionais. No entanto, a política de RS deve ser uma prática contida na cultura da empresa e internalizada pelos funcionários. Segundo Coutinho & Soares (2002), a mudança deve começar internamente:

Seria primordial a empresa começar por trabalhar uma mudança de valores, buscando uma cultura que preconize a qualidade de vida e a participação, passando, posteriormente, a uma mudança no sentido da responsabilidade social, de forma abrangente e estratégica (Coutinho & Soares, 2002, p. 91).

Nessa linha de pensamento, no que concerne ao ponto de vista de alguns referenciais quando o assunto é responsabilidade social e tudo o que está associado à efetivação das suas

práticas, é necessário debater e procurar perceber qual é a forma mais efetiva de se realizar tais ações, e é neste sentido que Filho (2003) explica:

A empresa pode mostrar seu apoio à comunidade de várias formas, como ater-se ao respeito e à proteção ao meio ambiente; investir em áreas de educação, saúde, cultura e lazer; promover atividades de incentivo e auxílio à erradicação da pobreza e da violência, nos mais variados projetos sociais e na sustentabilidade dos mesmos (Filho, 2003, p. 28).

Um outro ponto diz respeito o celebrar de parcerias para desenvolver ações sociais locais, no sentido de se formar relacionamentos que partilham objetivos. Entende-se que o poder público é um dos stakeholders que tem como uma das funções regular e fiscalizar a atuação das empresas, o que envolve a sua operacionalização e os impactos ocasionados por elas, tendo sempre em consideração os interesses do coletivo local em diversos seguimentos (Ashley, 2019).

Internamente, o envolvimento dos funcionários em projetos sociais possibilita que haja um sentimento de pertença no processo, além de que proporciona a motivação e o envolvimento dos funcionários com a empresa, que se mostra socialmente comprometida e que demonstra que a sua postura começa de dentro para fora, alinhando o discurso com as práticas por ela realizada (Peña et al., 2017).

A gestão dos stakeholders no que toca à implementação da RS é, cada vez mais, uma questão de estratégia dentro das empresas, conforme apontam Alberton & Costa Júnior na sua obra intitulada Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. Os autores destacam que:

[...] da busca de melhor reputação, pressões ambientais podem ser impostas às empresas por acionistas, investidores, empregados, fornecedores, consumidores, concorrentes, órgãos governamentais de controle ambiental, ONGs e por outros stakeholders que estão, cada dia, mais atentos às relações entre as empresas e o meio ambiente, cobrando daquelas um elevado preço no caso de agressões, mesmo que acidentais ou involuntárias. Com isso as práticas ambientais corporativas tendem a se tornar menos questão ambiental e mais questão de estratégia competitiva, marketing, finanças, relações humanas, eficiência operacional e desenvolvimento de produtos (Alberton & Júnior, 2007, p. 154).

Neste contexto, é de destacar também a importância das políticas de voluntariado, cada vez mais incentivado pelas empresas, no sentido de também ser um exercício de cidadania que envolve uma relação solidária entre as pessoas de forma livre, sem remuneração, mas

constituindo também uma prática de responsabilidade social impulsionada pelas organizações que agem de forma mais responsável com a sociedade.

A partir do momento em que essas percepções são fortalecidas e entendidas, é possível construir um cenário de várias potencialidades, numa perspectiva de que as empresas e todos aqueles que fazem parte dela podem repensar a sua forma de atuar, quer seja no campo individual, quer seja no campo coletivo. Este último tem uma maior representatividade quando se trata de responsabilidade social sustentável, pois envolve todos, com um olhar social transformador, tanto internamente como externamente, disponibilizando recursos e sendo principalmente protagonista para estas necessidades sociais essenciais.

A implementação da RSE pode ser desenvolvida e pensada a partir de três formas. Uma delas é a coerciva, quando a organização desenvolve a responsabilidade social apenas por que existem leis e regulamentações que informam e que lhe orientam a desenvolver ações de responsabilidade social. Outra forma é a altruísta, e é quando um gestor dessa organização ou o seu público desenvolve por interesse próprio de forma colaborativa e voluntária, ou seja, é apenas um objetivo, uma satisfação pessoal e um compromisso que aquela pessoa tem em desenvolver aquelas ações de responsabilidade social. Outra é a estratégica, que parece ser a mais importante, ou seja, é quando a organização passa a refletir sobre os seus impactos, papel e desenvolve as suas ações de responsabilidade social, alinhada aos objetivos como organização (Leandro & Rebelo, 2011).

A responsabilidade social dentro dessas vertentes pode ser desenvolvida em qualquer tipo de organização, desde empresas privadas, instituições governamentais e organizações do terceiro setor. Paralelamente, cresce também a procura pela regulamentação dessas práticas, como, exemplo, cita-se a Global Reporting Initiative - GRI que orienta e auxilia as organizações a desenvolver nos seus relatórios de sustentabilidade o “Pacto Global” que conta com dez princípios orientadores para o desenvolvimento de políticas e práticas empresariais com os valores e objetivos internacionalmente acordados (Ashley, 2019). E, ainda, os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” – ODS, composto de 169 metas a serem atingidas até o ano de 2030 (Pereira et al., 2017). Desta forma, todos estes fatores são motivações para a implementação das práticas de responsabilidade social por parte das empresas.

1.4 O setor de energia renovável e sua influência socioambiental

1.4.1 Mercado da energia renovável

O consumo de energia é indiscutivelmente um dos critérios utilizados na análise de desenvolvimento económico de qualquer país e a utilização de fontes de energia sustentável torna-se cada vez mais necessária dado os seus incalculáveis benefícios e redução de impactos ao meio ambiente, estimulando a substituição do uso e consumo de energias provenientes de combustíveis fósseis.

O ritmo de crescimento económico que levou o Brasil a ser um dos países mais emergentes do globo (Oaigen et al., 2011, cit. por Kruglianskas & Pinsky, 2018, p.63) também é um fator que contribui com o aumento do consumo de energia elétrica. Com o aumento da procura, é pretendido aumentar a oferta de produtos no mercado, e dentro desse contexto está a necessidade de as empresas atuarem de modo ambiental e socialmente mais responsável, o que justifica o crescimento de produção de energia elétrica que utiliza recursos naturais renováveis.

Por se tratar de um país rico e abundante em recursos naturais, o Brasil tem várias opções de fontes renováveis para produzir energia elétrica, tais como, por exemplo, o vento, a biomassa, o sol e, em destaque, a água, que por sua vez, possibilita uma grande produção de energia por centrais hidroelétricas. Cada tipo e processo de produção de energia gera impactos ambientais, porém, é a energia hidráulica que tem sido alvo de resistência por diferentes razões, conforme Tiepolo et al.,(2012), que apontam:

[...], as pressões sociais e ambientais tendem a ficar cada vez mais intensas, fazendo com que o custo da geração hidráulica seja revisto, muito em função dos impactos ambientais gerados, fortalecendo políticas públicas específicas de apoio a investimentos em outras fontes renováveis de energia. Da mesma forma, as ações e diretrizes da PNRS⁹ impulsionarão os setores envolvidos, incluindo a questão da geração de energia elétrica em escalas maiores do que as existentes atualmente, com maior aproveitamento da energia que atualmente é desperdiçada (Tiepolo et al., 2012, p. 10-11).

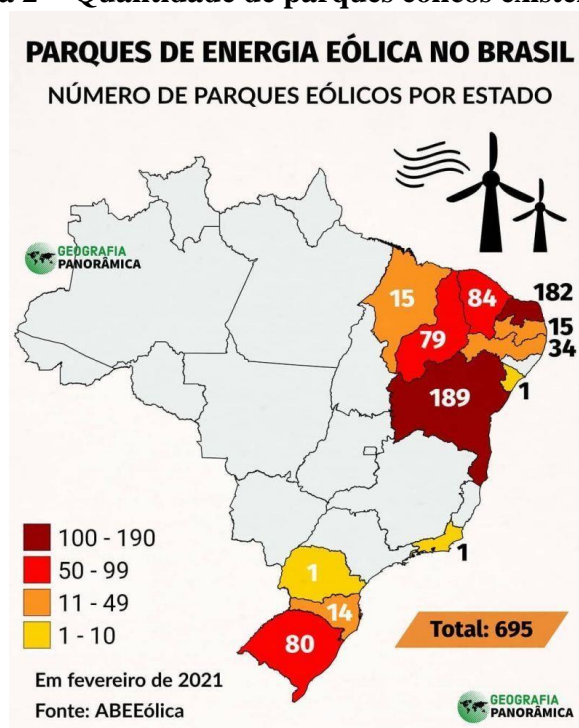
Muitos estudiosos têm publicado trabalhos sobre os efeitos negativos causados por essa fonte que, mesmo sendo uma fonte renovável, os seus impactos locais são diversos, o que contrapõe a compreensão sobre a criação de menores impactos causados por fontes renováveis, neste sentido que Zanatta & Maciel (2020) declara:

A energia eólica é a energia produzida a partir da força e da frequência do vento que movimentam os aerogeradores, transformando a energia cinética em energia elétrica. Na região

⁹ PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos- Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm. Acedido em 13-042021.

nordeste do Brasil, a produção da energia eólica é digna de destaque, uma vez que cobre cerca de 85% da procura (Cabral & Vieira, 2012).

Figura 2 - Quantidade de parques eólicos existentes no Brasil.



Fonte: ABEEólica- Associação Brasileira de energia eólica (2021).

Nomeadamente sobre a energia fotovoltaica, produzida através da absorção dos raios solares e a conversão em eletricidade, é utilizada em processos industriais e residenciais. Uma outra fonte é a biomassa, que tem como bem principal a queima de materiais orgânicos utilizado na geração de energia, sendo que no Brasil o mais utilizado é o “bagaço de cana-de-açúcar”, existindo outros, como, por exemplo, a madeira, vegetais, álcool e óleos. É de salientar que esse tipo de energia também é considerada renovável e limpa, com pouco impacto ambiental, uma vez que, apesar da produção ser feita através da queima desses materiais e serem emitidos gases poluentes para atmosfera, o volume de dióxido de carbono emitido é absorvido no cultivo desses próprios materiais.

1.4.2 Legislação e exigências legais

Há muito tempo que a criação de energia por fontes renováveis é uma realidade de matriz energética do Brasil. Exemplificando, cita-se o Código de Águas no setor brasileiro, que foi cunhado no ano de 1934, o que lhe garantiu à União a detenção de todo o recurso hídrico natural. Conforme a literatura do Brasil nas décadas seguintes, em particular a partir da década de 70, juntamente com os estímulos aos setores de petróleo e carvão, o governo fez investimentos em

empreendimentos de geração de energia hidráulica, sobretudo através da criação de estatais como é o caso da Itaipu Binacional¹⁰.

Um outro marco relevante de regulamentação do setor é o Boletim de Informações Gerenciais divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica de 2018, o qual, segundo o boletim, a criação de energia do setor hidráulico representa 77,5% da matriz energética do Brasil que compreende o Sistema Interligado Nacional. Todavia, na ocasião compreendida entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, erros de planejamento e falta de investimento no campo de energia, assim como a diminuição das chuvas, culminaram numa das maiores crises energéticas no Brasil. De modo a enfrentar essa crise, foram criadas estratégias pelo governo, que designou, através da Medida nº 2152-2, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (Carvalho, 2018).

Essas estratégias do Governo Federal têm como finalidade propor e implementar medidas emergentes que resultam da situação hidrológica crítica e compatibilizar a procura e a oferta de energia elétrica no Brasil. Deste modo, é capaz de impedir suspensões inoportunas e inesperadas no fornecimento de energia elétrica.

A Medida Provisória passou a ser identificada como “MP do apagão”, sendo que uma das medidas determinadas nesta MP foi a diversificação da matriz energética, de forma a diminuir a dependência do regime hidrológico e a corresponder à requisição energética da população.

Deste modo, na perspectiva de Fedrizzi (2018):

As medidas de enfrentamento às situações de escassez hídrica variam conforme a realidade de cada local, não havendo uma solução única e que sirva de forma universal. Em comum, está o fato de grande parte de essas medidas serem reativas, compostas por ações emergências com resultados previstos para o curto prazo – baseadas em gestão de crise. Tais medidas costumam incluir a implementação de racionamento de água por sistemas de rodízio, restrições de usos nos demais setores usuários de água, suspensão de captação de água para atividades não essenciais, diminuição da pressão de água na rede de abastecimento, busca por novos mananciais de água e a implementação de tarifas bônus ou de contingência (Fedrizzi, 2018, p. 15).

Neste contexto, houve um forte incentivo no que respeita a pesquisas sobre fontes alternativas de energia e a relevância de procedimentos mais céleres para a cedência de licenças de empreendimentos de criação de energia elétrica. Ainda no que respeita a ações estratégicas e emergentes, é de mencionar a edição da Resolução do Conselho Nacional do Meio

¹⁰ **Itaipu Binacional** - É uma Entidade Binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, é a maior produtora de energia elétrica limpa e renovável do planeta. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente>. Acedido e, 19-04-021.

AmbienteCONAMA nº 279/2001, através da qual foi instituído um procedimento de licença ambiental concentrado para empreendimentos elétricos com menor potencial de impacto ambiental, entre os quais se expressam as usinas eólicas e ainda outras fontes alternativas de energia. Segundo o procedimento simplificado previsto na Resolução, a norma dita que o empreendedor apresente um estudo ambiental reduzido, denominado Relatório Ambiental Simplificado-RAS.

No entanto, é importante salientar que caso o órgão ambiental licenciador entenda que há necessidade de uma apreciação mais robusta, precisará de realizar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA, sendo este mais amplo e detalhado. Em 2014, o CONAMA realizou novas edições na norma específica para a licença de empreendimentos eólicos, a Resolução nº 462/2014. É de notar que essa resolução clarifica que a responsabilidade recai sobre o órgão licenciador, isto é, se reconhece ou não o empreendimento como sujeito a licença ambiental simplificada tendo em conta a dimensão, localidade e o baixo potencial poluidor da atividade.

Considerando o contexto legal, as fontes de energias renováveis têm recebido, ao longo do tempo, o apoio institucional do Governo do Brasil para regularização e também processos de orientação no que respeita à mais adequada implementação de empreendimentos de criação de energia, tendo como princípio a preservação dos ecossistemas sem comprometer o desenvolvimento económico, que tem a energia eléctrica como dos principais bens para o seu normal funcionamento.

1.4.3 Impacto do setor e influência socioambiental

O setor de criação de energias renováveis pode causar impactos significativos no meio socioambiental, conforme já citado, no entanto, ainda que “qualquer uso de uso de energia piora o meio ambiente” nas palavras de Kruglianskas & Pinsky (2018, p.216), é verdade que existem aquelas que causam um maior impacto ainda, tal como o autor frisa, referindo: “a queima de combustíveis fósseis (como carvão e o petróleo) para gerar energia ou movimento é o principal emissor de gases de efeito estufa na atmosfera”, referindo-se aos efeitos que essas fontes causam de maneira direta no meio ambiente (Kruglianskas & Pinsky, 2018, p.216),

A energia renovável é indiscutivelmente necessária para o desenvolvimento de um país como o Brasil e, além disso, é fundamental ter uma matriz energética mais diversificada para que se alcance e se mantenha o crescimento da economia no Brasil, o que torna necessário o desenvolvimento de outras fontes para a produção de energia de modo que se ofereça e garanta

a eficiência energética que a economia exige, tendo em conta que este é um bem essencial para o setor produtivo.

Para Aguilar et al., (2012):

A economia brasileira tem componentes extremamente dependentes da utilização intensiva de energia para a produção de bens, pelo grande consumo energético e pelo alto grau de impactos ambientais causados pelos grandes consumidores do setor industrial, torna-se evidente a necessidade de ações visando à eficiência energética e de ações conjuntas da indústria e dos governos para o alcance de menor grau de emissão de gases de efeito estufa e de poluentes (Aguilar et al., 2012, p. 9).

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível afirmar que é uma tarefa exigente enfrentar uma crise energética no Brasil, uma vez que a energia é um dos principais “motores” do país. Estas crises podem reduzir o número de investimentos efetuados por empresas de países estrangeiros e, para além disso, a qualidade de vida da população é fortemente afetada pelo elevado preço da energia, tanto pelo preço de consumo próprio como pelo preço das mercadorias produzidas no país.

Ainda nesta ótica, de acordo com Soccol et al., (2016):

Portanto, aumentar a participação das fontes renováveis como elemento primário na geração de energia é uma tendência notável. Entretanto, o elevado custo para a implementação dos sistemas baseados em fontes renováveis em comparação aos sistemas tradicionais ainda é um fator que dificulta a participação efetiva dessas fontes na matriz energética. Com o objetivo de reduzir barreiras regulatórias e econômicas, algumas estratégias e mecanismos de incentivo foram desenvolvidos e implantados em diversos países como políticas de incentivos (Soccol et al., 2016, p. 32).

Neste sentido, importa saber que a consciência crítica a respeito do novo contexto social deve ser exercida, visto que o meio ambiente é cada vez mais afetado pelo descontrolo e pela inconsequência humana. Uma alternativa habitualmente exercida é o uso de placas fotovoltaicas em painéis solares, telhados verdes e aparelhos desenvolvidos para reduzir o consumo energético. Assim, mesmo que essa energia seja sustentável e eficiente, os elevados preços no mercado não garantem que todas as pessoas tenham um poder de compra que suporte os custos reservados a esse tipo de tecnologia.

No que concerne ao pensamento de Pereira (2017), a autora remata afirmando que:

Nos dias de hoje com o apoio público de diversos arquitetos, ditos famosos, à arquitetura sustentável ou arquitetura verde, diversos outros arquitetos de menor escala acabaram por se converter a esta corrente, dando assim o mundo arquitetônico mais um passo na direção de um futuro construtivo sustentável. Nomes como Tadao Ando e o atelier SITE surgem claramente associados a este movimento, manifestando uma enorme necessidade de repensar a arquitetura de uma forma ambiental. São assim, hoje,

recuperados alguns dos pressupostos de arquitetura de alguns dos seus grandes mestres contemporâneos como Aalto, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright (Pereira, 2017, p. 9).

Além disso, a maior visibilidade económica deste sistema está inteiramente ajustada com a capacidade de elaboração do poder governamental, com o intuito de equipar a região com obras de apoio, especialmente nos setores relativos a energia e logística. As certificações ambientais, dedicadas a empresas que levam em consideração a legislação referente ao meio ambiente, quando avaliadas frente aos seus processos de produção, desenvolvem com devida importância para produtores em espaço rural que adquirem derivados positivos, em consequência dos seus negócios com empreendimentos e consumidores, na qual procuram produtos que estejam em concordância com o conceito de sustentabilidade.

Em síntese, é fundamental que esta tecnologia seja viável para a redução da dependência de fontes não renováveis e, por conseguinte, a diminuição dos índices de problemas referentes a modelos energéticos danosos ao meio ambiente, a saber: a manutenção do preço do petróleo e as crises geopolíticas.

1.5 Contribuições de projetos de responsabilidade social na educação em comunidades

1.5.1 Importância da responsabilidade social para o setor socioeducacional

Dentro da perspectiva da responsabilidade social, é importante considerar que no processo de formação educacional essa responsabilidade também é imprescindível, visto que no âmbito escolar são construídos conhecimentos que, muitos deles, serão incorporados no dia a dia e, conseqüentemente, na sociedade. A partir dessa consciência, desde cedo, é possível que o indivíduo possa atuar na sociedade com ações éticas, no sentido de entender a importância do cuidado com o outro e com o meio ambiente.

O avanço no âmbito científico e tecnológico conquistados nas últimas décadas foram importantes para a economia, ou seja, para as empresas que desenvolvem produtos de forma cada vez mais proativa e em grande escala para satisfazer uma sociedade consumista e que procura novos produtos e incentiva a produção, ou seja, que interfere na disponibilidade de recursos naturais, em que muitos já apresentam escassez inexistência. É, por isso, muito importante preparar as futuras gerações a respeito da formação e compreensão do contexto global, e não apenas local e também preparar as novas gerações a respeito da consciência crítica e reflexiva nomeadamente aos atos dos seres humanos e a sua capacidade de intervir no meio ambiente.

Há práticas educacionais que têm muito a evoluir, como por exemplo, as práticas da responsabilidade social e a sua importância para o setor socioeducacional. Neste contexto é possível permear todas as disciplinas, visto que não é da responsabilidade apenas da disciplina “A” ou “B”, mas de todas que compõem o espaço escolar, assim como o currículo da escola.

Em linha com o referido, as autoras Barbosa & Jacaúna (2017) atenta que:

De acordo com o PCN’s, a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma global e não deve limitar-se somente a uma disciplina específica devida não estar se tratando de uma disciplina em Educação Ambiental mais sim, uma questão da qual permeia todas as questões sociais, econômicas, culturais abordando-a de forma transversal e interdisciplinar, com criações de conteúdos com novas metodologias e estratégias abrangendo todas as áreas do campo de estudo (Barbosa & Jacaúna, 2017, p. 4).

É de destacar que a educação ambiental, enquanto processo formativo que se destina a um saber ambiental traduzido nos valores éticos e nos predicados das políticas de convivência social e de mercado, implica também a questão distributiva entre os benefícios e os prejuízos da apropriação, bem como do usufruto da natureza. Desta forma, pode ser direcionado para a questão que envolve a cidadania ativa, que leve em consideração o seu sentido de pertença e de responsabilidade, que, através da ação coletiva e organizada, procura compreender e superar as causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Ao promover a educação ambiental é importante ter em consideração que todo o processo de educação envolve a construção de sentimentos de esperança no futuro e, nesse sentido, salienta-se a necessidade da preservação do meio ambiente, o que inclui os animais, as florestas e os ecossistemas como um todo, para que sejam respeitados, pois ainda é possível verificar muitas irregularidades e ações que rumam no sentido contrário de uma consciência crítica e de uma responsabilidade social (Reigota, 2009).

Contudo, o setor educacional é fundamental na promoção da reflexão acerca desta problemática e é através dela que podem ser fomentados debates para que as ações do homem não interfiram nem causem fortes impactos no meio ambiente, pois as consequências desses atos são sentidas por toda a sociedade de forma global e não apenas no local onde ocorre a intervenção do homem. Dessa forma, os professores e equipas que formam o núcleo escolar devem ser protagonistas na formação de uma consciência crítica transformadora junto aos alunos e toda a comunidade.

As instituições de ensino no Brasil têm recebido apoio de empresas que exercem a sua responsabilidade social dentro do espaço escolar e essa participação das empresas privadas acontece através de parcerias com o Governo, nas intituladas Parcerias público-privada -PPP,

Organizações Sociais - OS e Organizações Não Governamentais - ONGs (Rossi et al., 2017). O desenvolvimento de ações por parte das empresas envolve áreas, como a área socioeducacional (cultura, arte, desporto e educação ambiental), contribuindo para o desenvolvimento dos cidadãos ainda em formação escolar. Na perspectiva de Ferreira et al., (2019), no que concerne a responsabilidade social e o território educacional, considera que esse processo:

Estimula também o indivíduo a desenvolver um caráter mais complexo e realista, considerando o ambiente em sua totalidade. Facilita a compreensão do ambiente como conjunto de relações entre os seres vivos e os não vivos ao conduzir esse indivíduo à percepção de que os problemas ambientais não podem e não devem ser tratados com neutralidade, mas precisam ser resolvidos com a mudança da relação entre a sociedade com a natureza. Esse aprendizado e essa conscientização devem ser abordados na infância, na fase da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio, pois os adultos já desenvolveram hábitos difíceis de mudar (Ferreira et al., 2019, p. 209).

A grande maioria dos projetos sociais desempenhados por instituições junto a escolas e comunidades são destinados a crianças e jovens em situação de “vulnerabilidade social”, tendo como principal objetivo desviá-los da ociosidade, minimizar riscos de envolvimento com o crime, reduzindo assim a violência. Segundo Marques et al., (2007) “Com isso, a sociedade vem aos poucos ocupando espaços tradicionalmente vinculado ao Estado”. O que não deixa de ser, também, o exercício de uma responsabilidade mútua, considerando que cada um pode a seu modo contribuir para um mundo melhor e mais colaborativo.

1.5.2 Benefícios da responsabilidade social para as comunidades

Tendo em conta os inúmeros processos de transformação de ordem social, política económica e cultural, a responsabilidade social é uma decisão tomada pelas empresas para minimizar os impactos negativos causados por uma ação contrariamente reflexiva-crítica, sustentável e sensível no que respeita ao meio ambiente. Assim, as mudanças sociais têm levado muitos setores a encontrar soluções de um desenvolvimento social mais igualitário, através de debates e criação de movimentos que se empenham nas suas causas.

A partir de uma consciência crítica a respeito da responsabilidade social dentro do âmbito escolar, é necessário, contudo, que professores e alunos possam trabalhar numa perspectiva de que a sociedade venha a compreender o seu papel enquanto protagonistas da sua realidade. Assim, fazendo uma retrospectiva da discussão acerca da importância da educação ambiental nas escolas, Moretto & Fioreze (2019) afirmam que:

Se a formação contemporânea requer a capacidade de os sujeitos sociais refletirem, relacionarem-se com as diferenças do outro e do mundo por meio de lógicas ancoradas na intersubjetividade, na empatia, na cooperação, isso há de ser construído, também, por dentro da

universidade. Disso decorre a importância de pensarmos no fortalecimento da democracia como meio fértil para se instaurar o compromisso entre instituições formadoras, sujeitos em formação e sociedade (Moretto & Fioreze, 2019, p. 122).

Há também pontos ligados à responsabilidade social no contexto educacional que envolvem políticas de bem-estar, designadamente: a valorização de todos os cargos, o incentivo ao voluntariado, a igualdade salarial, a integração de equipas, a extensão de benefícios aos familiares e a implicação em eventos culturais (Ferreira, 2010).

Desta forma, a responsabilidade social manifesta o respeito e o compromisso das empresas com o meio ambiente, clientes, fornecedores, comunidade local e funcionários. As estratégias usadas por empresas podem desencadear inúmeros benefícios, como a redução de riscos de conflitos com a sociedade, que pode afetar a reputação da organização, maior empenho dos funcionários e interesses por recursos humanos mais qualificados e que dão preferência em trabalhar em empresas com posturas socialmente responsáveis, entre outros.

Através de ações pensadas e essencialmente aplicadas para o desenvolvimento no geral, essas ações refletem não apenas naqueles que são beneficiados diretamente, como também na própria empresa que ganha valor de mercado, uma vez que ações voltadas ao benefício social têm sido alvo de atenção de investidores cada vez mais conscientes e criteriosos na formação de parcerias comerciais com organizações que exercem a sua responsabilidade social. Na conjuntura atual do Brasil, em que problemas de natureza política, económica e social se acentuam, incita-se indiscutivelmente a efetivação de uma gestão ética e transparente. Neste sentido, é necessário pensar em políticas e valores aderentes às boas práticas, que têm em conta expectativas de diferentes públicos. Atualmente, tem crescido o número de consumidores que espera que as empresas atuem de modo responsável para tratar de questões sociais e ambientais, resultado de uma mudança pessoal que cresce no que respeita à responsabilidade individual.

Tais mudanças de comportamento só comprovam a relevância da responsabilidade social e que quando as empresas, assim como as pessoas, se interessam por questões sociais mais amplas, conseguem atrair novos consumidores e investidores, eliminando, cada vez mais, estratégias empresariais que não contribuem com o desenvolvimento social local. Pode até parecer pouco, mas cada ação consciente pode reconstruir um novo modo de ver e ser o espaço social, através de uma ação consciente, democrática e pedagógica (Silveira et al., 2021).

Embora se perceba que a responsabilidade social empresarial ainda é relativa a práticas de grandes empresas, é o consumidor, a sociedade (cada vez mais consciente) e grandes temas sociais, tais como diversidade, sustentabilidade, mobilidade urbana, entre outros, que têm

estimulado discussões e exigindo de diferentes formas que as empresas atuem de forma mais efetiva. Progressivamente, é possível conferir que muitas empresas têm procurado fazer o seu papel relativamente à preservação do meio ambiente, tendo em vista que são elas uma das mais responsáveis pelos grandes desastres em termos ambientais. O seu interesse em colaborar com o desenvolvimento social tem aumentado, ora por causa da lei, sendo esta a mais comum, ora pelo interesse em conquistar quem valoriza tais práticas.

Assim sendo, Alencastro (2010) reflete um pouco sobre a responsabilidade social e sobre o papel das empresas, a respeito do cuidado com o meio ambiente:

[...] as empresas, de um modo geral, desempenham um papel árduo no desenvolvimento econômico, social e também podem influenciar na redução do impacto sobre o uso dos recursos e do meio ambiente do país, utilizando-se de recursos mais eficientes que produzam menos resíduos (Alencastro, 2010, p. 136).

Assim, não podemos descurar que há um movimento significativo por parte de muitas empresas em tornar-se consciente em romper com a política desenfreada do consumo excessivo. Por isso, a responsabilidade social é um dos princípios básicos de desenvolvimento social e de produção de um contexto ainda mais sustentável, podendo corroborar em benefícios para a empresa e, especialmente, para a sociedade em que está inserida. A finalidade social e a reputação da empresa são aspetos que podem incitá-los e qualquer empresa que tenha interesse em permanecer no mercado necessita de um propósito social e lucro para atender aos requisitos dos acionistas e da sociedade onde atua.

Capítulo II

2 Metodologia

2.1 Tipologia metodológica

Por forma a saber como e porque é que são realizadas as práticas de responsabilidade social empresarial e os resultados promovidos por elas promovidos, e isto sobre a perspetiva tanto de quem executou como de quem foi beneficiado, a metodologia considerada mais adequada para a realização desta investigação foi a pesquisa qualitativa-exploratória e descritiva, fundamentada em referências bibliográficas de relevância e baseada em um estudo de caso.

No que respeita à abordagem da pesquisa, como sendo qualitativa, foi determinado por Langley & Abdallah (2011). Segundo os autores, os métodos qualitativos são apropriados à realização de pesquisas que desejem responder o “como” e o “porque” de determinados processos, pois têm uma maior capacidade de captar informações que poderiam passar despercebidas numa pesquisa quantitativa (Langley & Abdallah, 2011).

De acordo com Morrow (2005, cit. por Patias & Hohendorff, 2019) a pesquisa qualitativa já tem como características próprias a subjetividade e o referenciado autor julga ser impossível controlar, na totalidade, tal característica. Além disso, também por esse tipo de pesquisa dar-se pelo facto do investigador, para além de ter um conhecimento prévio, ter o auxílio da fonte literária. Pode haver algum tipo de relação pessoal entre o pesquisador e o público a ser inquirido.

De acordo com Gil (2017), o perfil exploratório também é comum na realização de pesquisas que tem como propósito de levantamento bibliográfico, o que é o caso, por se tratar de um tema em voga, sob o qual se procurou realizar uma seleção de estudos académicos que já passaram por uma análise rigorosa, como, por exemplo, livros e artigos científicos já publicados (Gil, 2010), e, portanto, possuem credibilidade literária.

O perfil exploratório ainda é justificado pelo fato de ser uma metodologia passiva de adaptação a cada assunto ou realidade a ser investigada e tem como entre os objetivos a observação e a compreensão de diversos aspetos relativos a que é pretendido pesquisar (Gil, 2017).

A característica descritiva foi determinada por se tratar de pesquisas que procuram captar informações acerca da opinião, crenças e das atitudes de uma população a partir da caracterização de uma população, um contexto ou um fenómeno (Gil, 2017).

Um estudo de caso é considerado um método de investigação que tem como propósito investigar um determinado fenômeno dentro de um determinado contexto, ou seja, possibilita uma investigação de acordo com uma realidade (Yin, 2015). No presente estudo, tem-se dois públicos, a empresa e a comunidade, que se interligam num mesmo processo apenas incorporando papéis diferentes, sendo o primeiro como protagonista (o investidor) e o coadjuvante (o beneficiário), ou vice-versa, dependendo da perspectiva dos fatos. Além disso, realizar a pesquisa através de um estudo de caso utilizando uma abordagem qualitativa possibilita descrever os fatos dentro do contexto em que ele ocorreu e as percepções (Yin, 2015), e é sobre tais percepções que o estudo procura analisar as práticas realizadas pelas empresas.

Uma das grandes vantagens da metodologia em causa é que a percepção obtida promove o conhecimento de um determinado campo, segundo Merriam (2009, cit. por Golden, 2017), e que segundo Creswell (2007, cit. por Brizolla et al., 2020), esse tipo de pesquisa “privilegia um estilo indutivo, um foco no sentido individual, bem como a avaliação da complexidade de uma situação”, ou seja, por forma a captar as percepções dos envolvidos no fez-se uso da intuição e adequou-se as questões de cada um dos públicos.

De maneira a captar informações diferentes, mas complementares, foram desenvolvidos dois questionários, elaborados com o apoio da ferramenta Google Forms e aplicado de maneira remota por causa das limitações de afastamento presencial que a pandemia do COVID-19 (ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2).

A ferramenta “questionário” caracteriza-se como semiestruturado, ou seja, “o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador” (Triviños, 1987).

2.2 Amostra e Instrumento de Pesquisa

Os dois públicos estão diretamente envolvidos na execução das práticas de responsabilidade social das empresas de energia renováveis, em benefício as comunidades localizadas nas proximidades dos seus respetivos empreendimentos, localizadas no município de Trairi – Ceará. Conforme já foi mencionado, entre elas estão três escolas da rede municipal de educação e três das empresas de energias renováveis.

A escolha dos públicos-alvos (empresas e comunidades locais) foi propositada e intencional, de forma a serem investigadas as inferências socioeducacionais nas escolas públicas da cidade e também no sentido de se procurar compreender a opinião de quem as

realiza e de quem as recebe. Desta forma, é feito um estudo transversal em áreas sociais diferentes, como a educação, a nutrição e a saúde odontológica. Para além disso, são analisadas as perceções de ambos os públicos.

Segundo Yin (2015), para que uma pesquisa seja digna de um estudo de caso é fundamental que tenha hipóteses e a lógica que une os dados e as proposições.

A escolha do tipo de público para o presente estudo de caso teve por base o fator da conveniência, e não o fator da aleatoriedade, na clara tentativa de se obter dados mais ricos em detalhes, conforme Merriam (2009, cit. por Golden, 2017). De entre os vários motivos é possível destacar o facto de fazerem parte do mesmo território geográfico (no município de Trairi) e também por partilharem a mesma rede de educação do município.

A diferença que se averigua entre os públicos não assenta apenas na sua função económica e social. É possível ainda destacar: o seu papel no processo de implementação dos projetos sociais; a realização dos estudos e o nível de perceção sobre o tema macro do estudo (as práticas de responsabilidade sociais das empresas); o interesse e os objetivos de cada uma das partes envolvidas; as fontes de recursos que são destinados a elas e a sua dinâmica de aplicabilidade; e a perceção de cada uma delas quanto aos resultados alcançados com o que foi implementado.

Por forma a alcançar os dois públicos, foram elaborados dois questionários, ambos compostos por uma parte introdutória abordando sobre o propósito da pesquisa e o seu objetivo, instruções para melhor orientar os inquiridos no que respeita às questões apresentadas e um texto de informações complementares com algumas definições para melhor a compreensão e o consentimento dos participantes.

O inquérito dirigido às empresas é composto por 28 perguntas, com perguntas objetivas e subjetivas, o qual envolveu questões pessoais/profissionais e também sobre a empresa que o indivíduo, prestava serviço no período, bem como a sua perceção acerca das ações implementadas e dos resultados, que na sua opinião, foram gerados, além de se indagar sobre as práticas de responsabilidade social empresarial de forma geral e a sua importância.

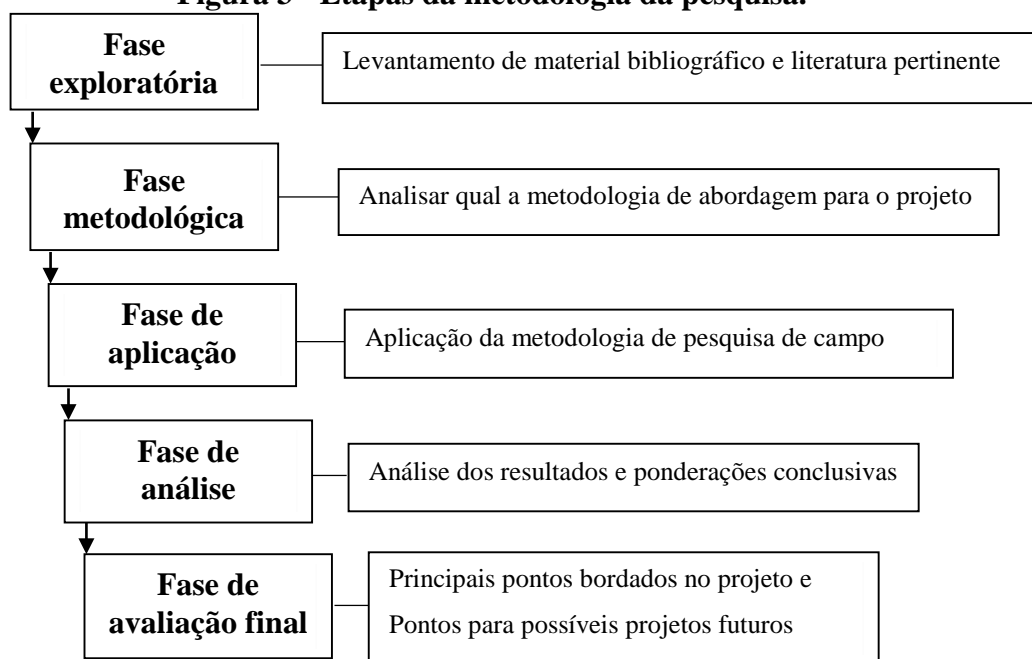
Já o inquérito aplicado à população local (comunidades) foi direcionado a gestores, professores, funcionários e pais de alunos das três escolas públicas, localizadas na área de impacto da construção dos complexos de geração de energia, que na época (período 2014 a 2018) participaram ou foram beneficiados com os investimentos realizados pelas empresas.

Neste segundo questionário, um pouco mais extenso, com 30 questões (objetivas e subjetivas), incluíram-se perguntas acerca das condições socioeconómicas dos inquiridos,

consideradas fundamentais para apresentar a dinâmica experienciada por eles, sendo que ao tratar de necessidades sociais é essencial perceber também tal contexto. Também fizeram parte deste questionário perguntas sobre os projetos sociais por este público recebido e os resultados que, segundo eles, foram criados a fim de uma melhor qualidade de vida.

A pesquisa passou por cinco etapas fundamentais, sendo a primeira a fase exploratória, a base para se definir um plano, os métodos a serem utilizados, o público-alvo da pesquisa, as práticas empresariais e o público beneficiado por essas práticas. As cinco etapas seguintes são representadas pela Figura 3.

Figura 3 - Etapas da metodologia da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Ainda sobre a fase exploratória, uma vez que já se tinha como certo que um dos públicos a ser estudado seria as empresas de energias renováveis instaladas no município de Trairi devido as práticas implementadas por elas em benefício da população local, foi premeditado procurar entre a população beneficiada um público que tivesse algum tipo de conexão, como foi o caso da área da educação da rede pública do referido município, com o propósito de se obter dados similares e possibilitar uma análise comparativa das percepções as cerca das práticas realizadas.

Os questionários foram aplicados no mês de março de 2021, realizado através de inquéritos (remotamente), com auxílio do aplicativo Google Forms¹¹, a ambos os públicos, com

¹¹ Google Forms- É um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google, utilizado para pesquisas, coleta de informações. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms, acessado em 08 de abril de 2021.

a expectativa de alcançar gestores e funcionários que tenham participado do processo de implementação das práticas sociais e que conheçam o volume e a dinâmica dos valores financeiros investidos, o que justifica a baixa quantidade de respostas desse público e que foi alcançada na totalidade da expectativa.

As escolas da rede pública municipal de Trairi foram representadas pelos gestores, coordenadores educacionais, funcionários em geral e pais de alunos que participaram e/ou foram diretamente beneficiados pelos projetos sociais implementados pelas empresas. A perspectiva de se alcançar pelo menos 10% do total desse público não foi atingida, devido a duas razões em especial. A primeira deveu-se ao afastamento social, resultante da pandemia COVID19, que anulou qualquer possibilidade de aplicar os inquéritos presencialmente, o que era importante, principalmente junto ao segundo público, as comunidades, por se tratar de pessoas com pouco rendimento escolar e, conseqüentemente, também mais dificuldade na interpretação de texto, assim como a pouca percepção da importância de pesquisa acadêmicas. Além disso, o facto desse público não ter facilidade de acesso à internet e manipular determinadas mídias digitais, como por exemplo, questionários de pesquisa on-line, o que foi determinante para o número baixo de respostas deste público, apenas 87 pessoas.

A análise dos resultados será apresentada neste documento através de quadros, gráficos e textos, apresentando também opiniões declaradas nas questões abertas e semiabertas.

Capítulo III

3 Discussão dos Resultados

3.1 Perfil dos entrevistados - empresa

A aplicação do questionário foi realizada por 3 empresas, das quais os seus representantes da presente investigação foram funcionários que trabalharam como gestores durante o período de implementação dos projetos sociais e que estiveram envolvidos de maneira mais direta no planeamento, elaboração e execução dos projetos. O número de participantes da pesquisa, neste público, totalizou 11 profissionais, o qual é detalhado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Total de respondentes.

Profissional/ Função	Representatividade na pesquisa - %	Responsabilidade ou relacionamento com os investimentos sociais implementados.
Gestão CFO - Chief Financial Officer	36,4	Responsável por disponibilizar os recursos financeiros aportados na execução dos projetos
Operacional	27,3	Responsável por acompanhar as atividades de execução das ações de forma pontual.
Gestão CEO - Chief Executive Officer	9,1	Responsável pelas estratégias e pela visão da empresa e com isso é quem, (em acordo com as instituições financeiras) define quais os projetos sociais serão implementados.
Gestor de Recursos Humanos	9,1	Responsável por selecionar e acompanhar as atividades dos profissionais contratados para a execução dos projetos sociais.
Gestor Socioambiental	9,1	Responsável pela coordenação do relacionamento com a comunidade e acompanhamento da implementação dos projetos sociais.
Gestor de projetos	9,1	Responsável pela implementação dos projetos sociais e monitoramento das atividades.
Coordenadora Financeira	9,1	Profissional responsável sobre a gestão financeira envolto a implementação dos projetos sociais.
Jurídico	9,1	Responsável por elaborar os documentos que regem a relação empresa-comunidade-governo garantindo a legalidade das ações e descrição das responsabilidades de cada parte envolvida.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

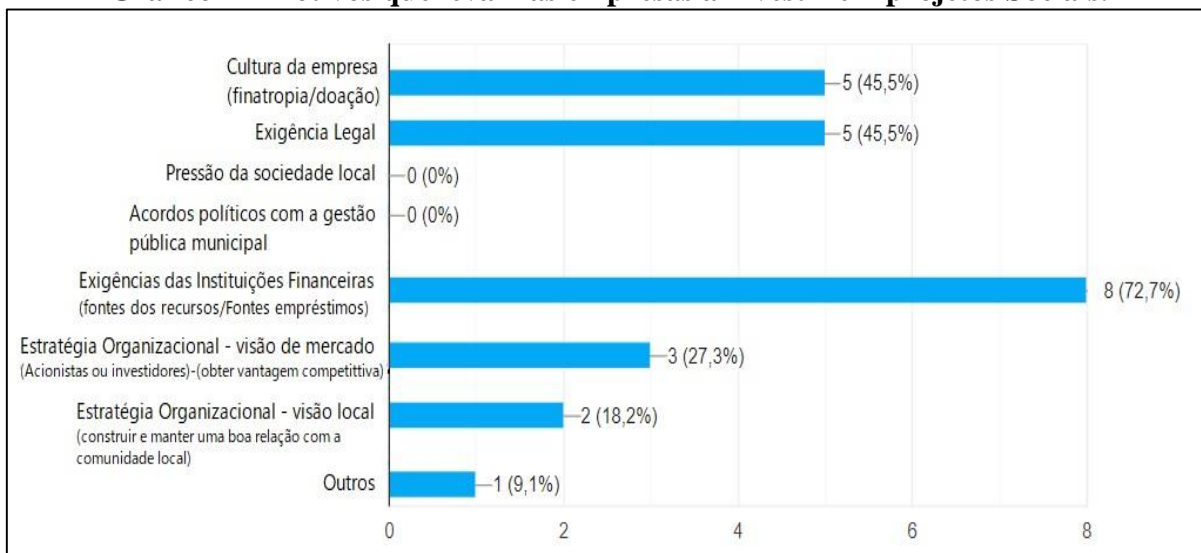
Os profissionais que participaram encontram-se na faixa etária dos 34 aos 49 anos de idade, com um nível superior de escolaridade (graduação completa) e na grande maioria, ou seja 8 dos 11 respondentes da pesquisa, possui pós-graduação, revelando que, para além de uma formação superior, possuem uma especialidade profissional.

Destaca-se ainda que 10 dos entrevistados possuem entre cinco e dez anos de experiência na mesma função ou em funções que se relacionam com práticas de responsabilidade social.

3.2 Levantamento dos dados dos investimentos sociais

Relativamente às razões que levam as empresas a investir em práticas de responsabilidade social, 8 dos inquiridos afirmam tratar-se de exigências das Instituições Financeiras, mas complementam os *feedbacks* com outros possíveis motivos que contribuem para a execução dessas práticas, tais como: a cultura da empresa (filantropia/doação) na opinião de 5 respondentes e uma possível exigência legal para outros 5, já para três dos respondentes a estratégia organizacional com visão de mercado (vinte e sete ponto três por cento) é o que leva as empresas a efetivarem tais práticas, para dois dos respondentes há uma ação estratégica, mas com uma visão local, ou seja visando manter uma boa relação com a comunidade local. É importante salientar que cada um poderia selecionar mais do que um item. O Gráfico 1 abaixo expõe as opiniões declaradas pelos respondentes.

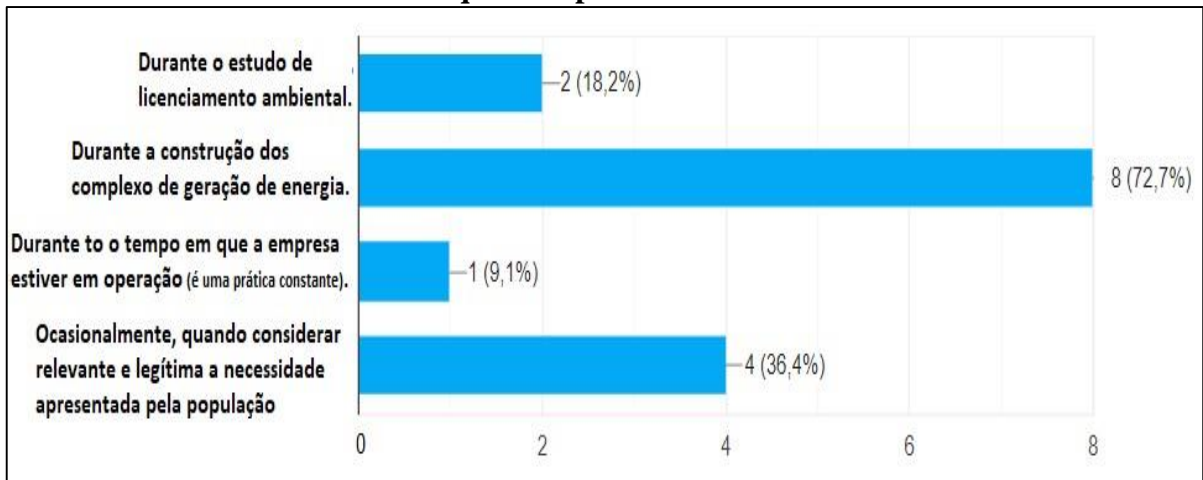
Gráfico 1 - Motivos que levam as empresas a investir em projetos Sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dada a dinâmica dos processos de implementação das práticas e partindo da necessidade de os compreender, foi questionado qual o momento em que tais investimentos são realizados. Na opinião de 8 essa ação ocorre durante a construção dos complexos de criação de energia, logo em seguida, já na opinião de 4 dos inqueridos referem que as ações acontecem ocasionalmente; dois dos respondentes. Conforme 2 pessoas, as atividades acontecem durante o estudo de licença ambiental e de forma mais extensiva, ou seja, durante o tempo de operacionalização da empresa. Apenas 1 um respondentes constatou que a empresa que representa realiza tais práticas de forma continuada. O Gráfico 2 abaixo expõe os resultados supramencionados.

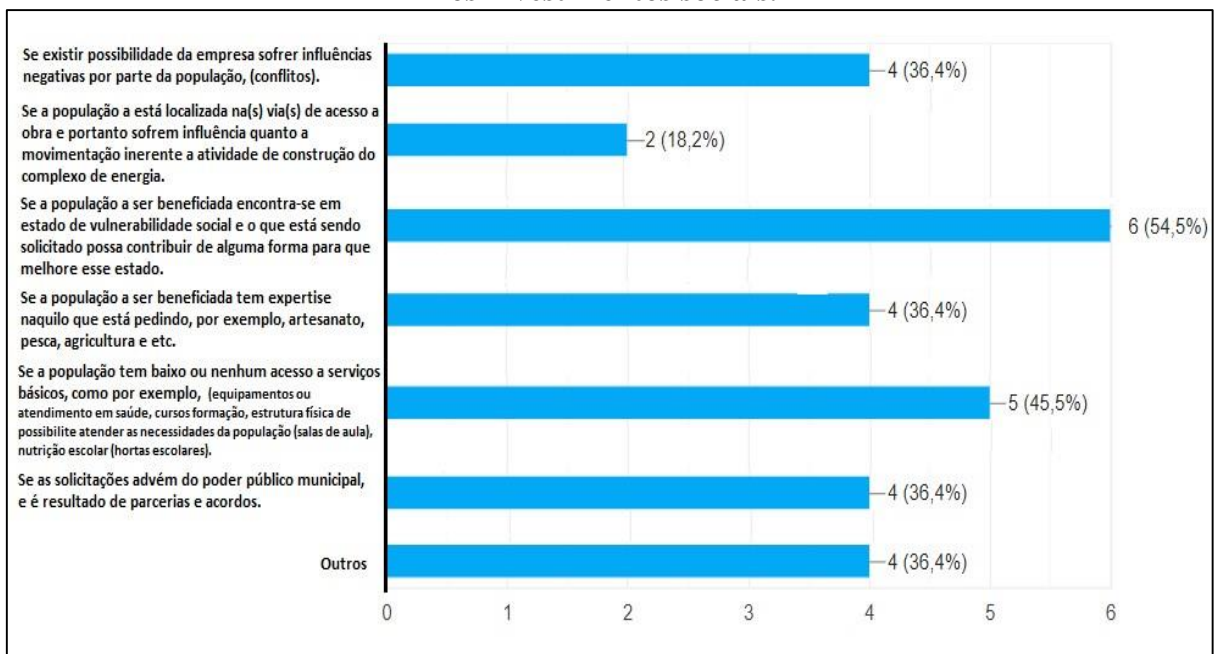
Gráfico 2 - Momento em que a empresa realizou os investimentos sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Inquiriu-se também sobre as condicionantes consideradas no processo de escolha dos beneficiários, sendo que 6 seis dos profissionais consideram que o estado de vulnerabilidade social da população contribui de alguma forma para a escolha dos beneficiários. Tratando-se de uma questão de escolha múltipla, os participantes puderam opinar acerca de outras condicionantes que poderão influenciar tal decisão, conforme expõe o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Condicionantes consideradas no processo de escolha dos beneficiários com os investimentos sociais.

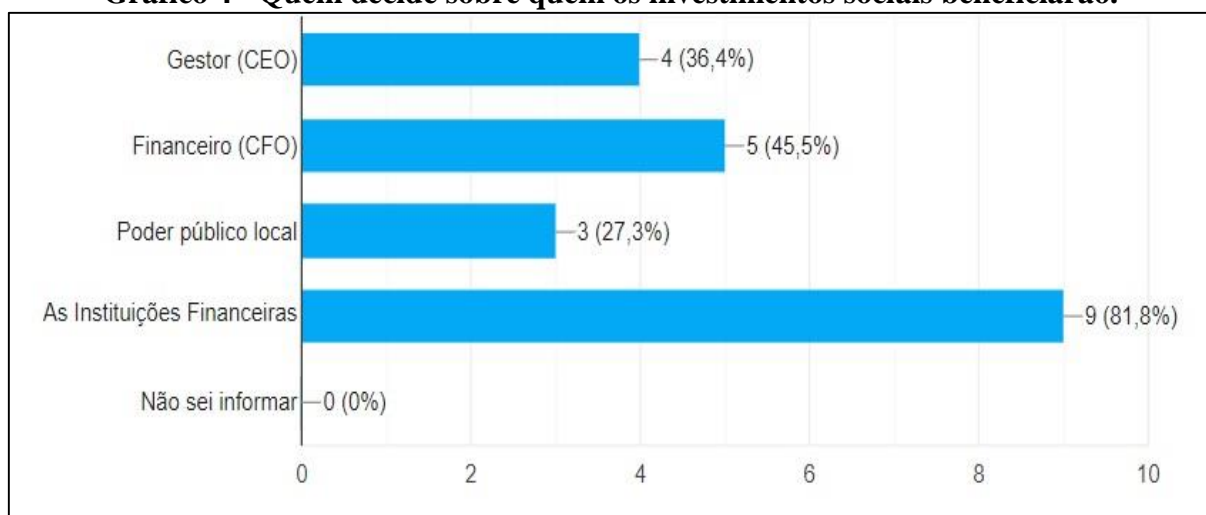


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O processo decisivo dentro de uma empresa não acontece, muitas vezes, de forma unilateral, dependendo de outras partes envolvidas, como é o caso dos investimentos destinados

às ações e projetos sociais. Esta situação foi confirmada pelos participantes quando questionados sobre quem tem o poder de decisão na escolha dos projetos a serem implementados em benefício da população local, tal como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Quem decide sobre quem os investimentos sociais beneficiarão.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A decisão sobre o público a ser beneficiado é mútua, no entanto, segundo 9 dos inquiridos o que mais pesa no processo decisivo cabe às Instituições Financeiras (fontes dos recursos financeiros como empréstimos e/ou investimentos), representando a larga maioria, seguido dos CFOs (*Chief Financial Officer*), ou seja, 5 inquiridos, e dos CEOs (*Chief Executive Officer*). Por fim, 3 dos inquiridos referem ou no passado referiram/afirmaram que a opinião do poder público local também pesa na decisão de quem beneficiará dos investimentos sociais.

Ainda no processo de tomada de decisão, 10 dos inquiridos afirmam que são as instituições financeiras que também decidem qual o montante (recurso financeiro) que deve ser destinado aos investimentos em ações e projetos sociais em benefício da população. Em sequência, surge o CFO (*Chief Financial Officer*) na opinião de 3 dos inquiridos, e o CEO (*Chief Executive Officer*) que, segundo 2 dos inquiridos dizem ser responsável de tal decisão.

Assim sendo, questionaram-se os representantes das empresas acerca dos investimentos por elas realizados em benefício das escolas de Trairi e, segundo 4 dos participantes, a percentagem que se investiu nas práticas de responsabilidade social das empresas de energia variam entre 0,05% e 1,5% do valor total disponibilizado pelas instituições financeiras, o que chega a ser maior que R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Os critérios aplicados para o processo de escolha, tanto do público a ser beneficiado quanto dos projetos que podem ser implementados, é da responsabilidade das empresas investidoras que avaliam as necessidades sociais, no sentido de que sejam beneficiados aqueles

que apresentem maior relevância para o impacto e estrutura de implementação do projeto, no que respeita a receber os benefícios e a mantê-los caso haja a necessidade de manutenção, como é o caso da doação de estruturas físicas e equipamentos de informática. Deste modo, 100% dos participantes informaram que a relevância da proposta (público-alvo, carência, área social, baixo Índice de Desenvolvimento - IDH) foi um fator determinante, e como segunda opção, 6 inqueridos afirmam ser a legitimidade e organização dos beneficiários (documentação legal, organização jurídica, comprovação de outras ações já desenvolvidas e bem realizadas). Outros 4 dos respondentes mencionaram a existência de um menor risco de haver abandono, má gestão ou mesmo apropriação indevida dos benefícios. Por fim, 3 rerefiram-se a análise quanto à viabilidade do custo versus benefício, em comparação a outras propostas recebidas.

A realização deste tipo de práticas por parte das empresas tem o objetivo de promover o desenvolvimento socio-económico local e apresenta-se como necessária tanto para quem investe quanto para quem recebe. Porém, a pontualidade com que as ações são realizadas compromete resultados relevantes e dificulta a promoção da melhoria da qualidade de vida da população local que poderia ser elevada com a execução de tais práticas.

Neste âmbito, foi questionado se as empresas ainda realizam investimentos sociais no município ou se financiam algum tipo de projeto social na região das comunidades onde está inserida. Com 4 dos participantes constataram que não tem havido investimentos e, quando há, acontece de forma esporádica. Outros 2 não souberam informar uma vez que já não fazem parte da empresa e apenas 1 respondente afirmou que a empresa ainda realiza investimentos de cunho social. O Gráfico 5 apresenta os resultados supracitados.

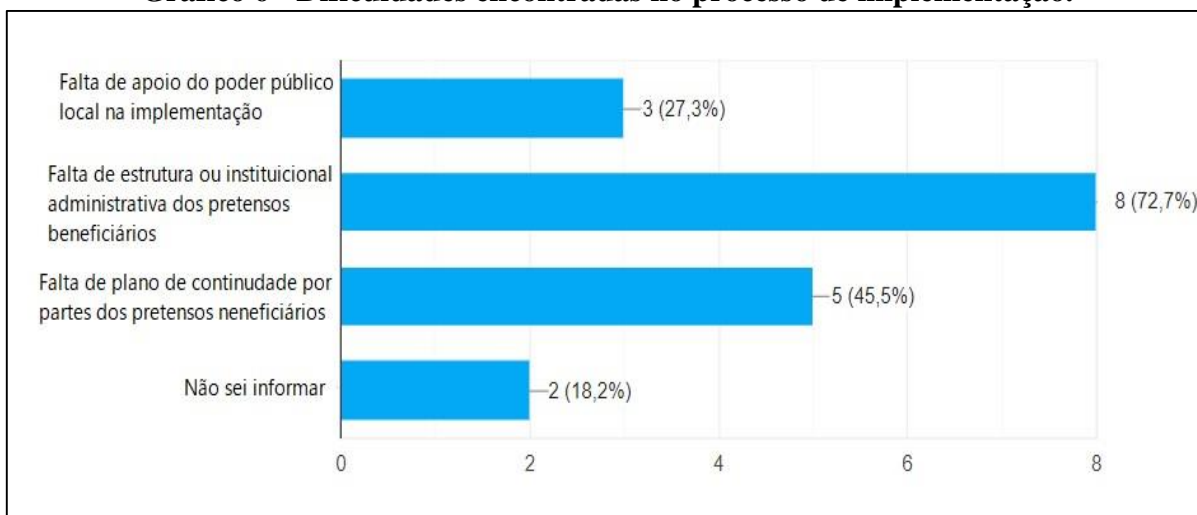
Gráfico 5 - Continuidade dos investimentos sociais no município.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Apesar da existência de critérios de elegibilidade, é certo que implementar projetos de responsabilidade social é um desafio para as empresas. Uma outra questão realizada está relacionada com as dificuldades encontradas no processo de implementação dessas práticas. Seguidamente, o Gráfico 6 apresenta os resultados obtidos nesta questão.

Gráfico 6 - Dificuldades encontradas no processo de implementação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme demonstra o Gráfico 6, segundo 8 participantes, a falta de estrutura institucional ou administrativa dos beneficiários é uma das maiores dificuldades encontradas, seguida pela falta de plano de continuidade e manutenção por partes dos mesmos, opinião de 5 dos inquiridos. Em terceiro lugar, 3 três dos respondentes da pesquisa denotam que a falta de apoio efetivo do poder público também é uma das dificuldades. Contudo 2 afirmaram não serem capazes de referir quais são as dificuldades.

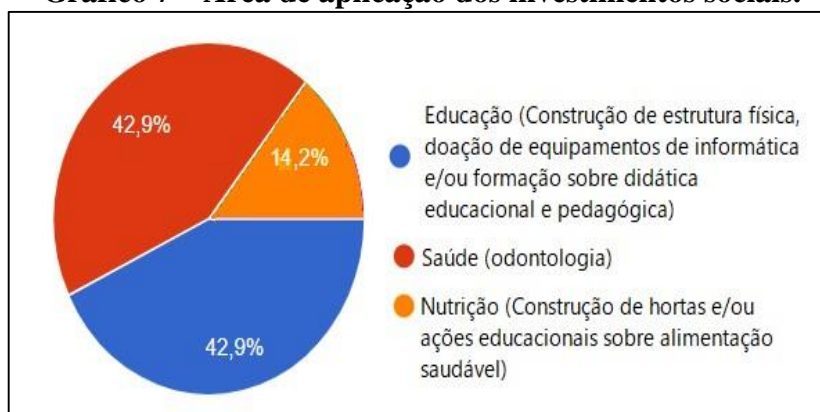
3.3 Análise dos impactos dos projetos

O presente estudo restringiu a pesquisa acerca dos investimentos realizados por empresas de energia a três escolas públicas no município de Trairi e, neste sentido, foi questionado às empresas quais os projetos por elas implementados em benefício do respetivo público.

A questionar os representantes das empresas quais foram os investimentos sociais implementados pelas empresas de energia em prol da educação, 4 deles afirmaram que foram realizados investimentos na área educação, o que consiste em construção de estruturas físicas, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica; outros quatro já representantes de uma segunda empresa notificaram que os investimentos realizados priorizaram as necessidades apresentadas pela comunidade no tocante a saúde dos

alunos, principalmente a saúde bucal e odontológica, visto ser um serviço que não é usualmente ofertado pelo poder público), e por fim, 3 respondentes declararam que os investimentos se focaram no Projeto Nutrição escolar, o que incluiu a construção de hortas e ações educacionais sobre a importância alimentação saudável. O Gráfico 7 demonstra os resultados.

Gráfico 7 – Área de aplicação dos investimentos sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Um dos fatores que pode contribuir para a implementação dos projetos é a parceria com o poder público municipal, acreditando-se serem agentes sociais fundamentais para atender as necessidades e anseios da sociedade. Nesse contexto, as instâncias (pública e privada) podem trabalhar em conjunto para organizar e desenvolver os projetos de forma que a população seja beneficiada de forma mais eficiente.

Uma política de continuidade e acompanhamento de projetos é fundamental para que os impactos na sociedade sejam mais relevantes e que os resultados a médio e longo prazo consigam ser medidos como fatores de sucesso. Neste sentido, 6 dos participantes da pesquisa informaram que os projetos são acompanhados, mas de forma esporádica; contudo, 2 dos entrevistados não sabem informar se as empresas realizam acompanhamento das ações após a sua conclusão e entrega, e apenas 1 disse que os projetos são constantemente acompanhados. Conclui-se que as práticas são pontuais e o acompanhamento de seus resultados não ocorre, o que demonstra baixo compromisso face à sua relevância.

Relativamente aos investimentos sociais implementados no município de Trairi, cerca de 8 dos participantes afirmaram que o poder público é um parceiro na realização dos projetos sociais, 2 não sabem informar e apenas 1 revela que o poder público não participou como parceiro na execução dos projetos, demonstrando que as empresas de energia ao executarem as suas ações sociais contam com a parceria do poder público local.

Em relação às perguntas de resposta aberta, questionou-se os participantes das empresas sobre quais áreas sociais é que foram realizados investimentos pelas empresas. Neste sentido os respondentes citaram outras opções, o que incluiu ações nas áreas de: cultura, desporto, educação, saúde, nutrição, lazer e meio ambiente. A maioria disse que os investimentos realizados nos projetos de Educação e de Saúde, seguido daqueles realizados na área da Nutrição, na Cultura, Projetos de Desporto e os Projetos de Lazer e Meio Ambiente que apresentaram as menores percentagens, tendo em atenção que esta foi uma pergunta aberta e os respondentes poderiam escolher optar por todos os tipos de projetos que as empresas que eles representaram na pesquisa realizaram em benefício da comunidade local.

Foi também questionado sobre quais projetos apresentaram melhores resultados. Cerca de 5 dos participantes indicaram a área de Projetos de Educação (construção e estrutura física, doação de equipamentos e formação, didática educacional e pedagógica), a mesma percentagem para área do Projeto Saúde na escola (odontologia). Salienta-se que nenhum dos participantes destacou o Projeto Nutrição escolar (hortas escolares) como um projeto que tivesse apresentado resultados relevantes.

Relativamente aos contributos produzidos pelos investimentos sociais, 7 dos inquiridos afirmam que estes contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população local. Já 5 deles referiram que essas ações melhoraram a imagem da empresa perante a comunidade e o mercado em que atuam, ou seja, o mercado de energia. Na opinião de 2 participantes, tais práticas contribuem para uma melhor relação com o poder público, lembrando que também se tratou de uma pergunta aberta, onde era possível escolher mais de uma resposta.

3.4 Perfil dos entrevistados - comunidade

Considerando que as ações realizadas pelas empresas envolveram a execução de três projetos no âmbito educacional, que beneficiou três escolas da rede municipal de Trairi, foi realizada a pesquisa também nas comunidades onde estas escolas estão instaladas.

Do total de participantes do público que representa a comunidade, 72,2% é do sexo feminino e 27,6% do sexo masculino, estando a maioria (43,7%) na faixa etária dos 42 e os 49 anos.

Os participantes da pesquisa afirmam, na sua totalidade (100%), serem moradores do município de Trairi, sendo 48,3% residentes da comunidade Canaã, 24,1% da comunidade de Campestre, 17,3% de Alto São Francisco e cerca de 10% moram na sede (região central) do município. A representatividade de cada grupo respondente é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Representatividade na pesquisa por escola (%).

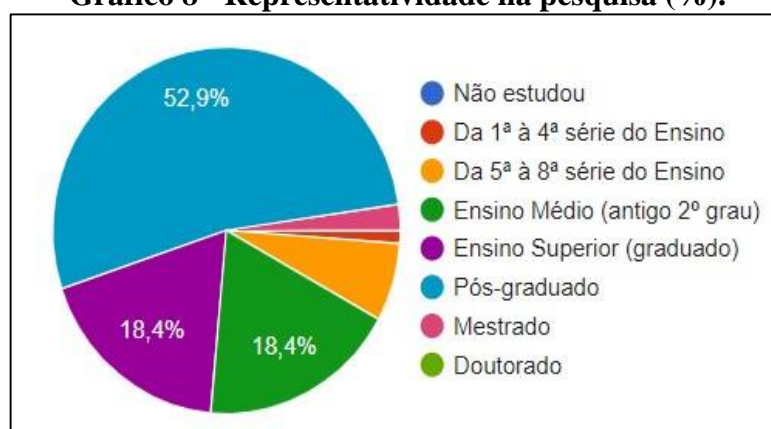
Comunidade – Escola	Projeto implementado / benefício recebido	Representatividade na pesquisa - %
Campestre – E.E.F Joventina Moreira de Oliveira	Nutrição escolar (Construção de hortas e/ou ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável)	29,9%
Alto do São Francisco – E.E.F Eli Elizeu Barbosa	Saúde na escola (odontologia)	20,7,3%
Canaã – E.E.F Ubiratan Diniz de Aguiar	Educação (Construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica)	49,4%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Do total de participantes, 87 pessoas (63,3%) são gestores, coordenadores e professores (docentes), 14,9% outros funcionários das escolas e os restantes (21,8%) são pais de alunos que responderam por si, ou representam os respectivos filhos. Desse total, 97,7% afirmam conhecer ou já terem ouvido falar das empresas de energia renovável e 95,3% têm conhecimento dos projetos sociais implementados por essas empresas no município.

Foi também avaliado o nível educacional da população inquirida. Tratando-se de um público relacionado com a área de educação, também foram envolvidos funcionários e pais de alunos que não possuem necessariamente uma formação na área. Seguidamente, o Gráfico 8 expõe os resultados previamente referidos.

Gráfico 8 - Representatividade na pesquisa (%).



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Considerando que a maioria dos participantes (63,3%) são gestores, coordenadores, professores e outros funcionários das escolas pesquisadas, é possível concluir que o nível educacional do público é razoável pois a pesquisa mostra que 52,9% dos inquiridos afirmam ter pós-graduação e 18,4% o nível superior. Contudo, do público formado pelos pais de alunos, que totalizam os 36,7%, apenas 18,4% dizem ter o ensino médio (antigo 2º grau), e os restantes declaram possuir o nível iniciante.

Ainda sobre o público participante da pesquisa, que representa a comunidade, a quantidade de pais de alunos foi de apenas 21,8%, representando um número baixo para a pesquisa, sendo que isto pode estar relacionado com a falta de acesso à internet ou desse público apresentar dificuldades em usar aplicativos de pesquisa, como os que utilizados neste estudo - *Google Forms*, visto que era esperado um número mais robusto deste público, considerando o número total de alunos das três escolas pesquisadas.

Os benefícios sociais têm, geralmente, o objetivo de atender ou complementar os apoios sociais que são uma atribuição do poder público, mas este não é capaz de o fazer por completo. Neste sentido, considerou-se importante abordar neste estudo a dinâmica socioeconômica da população que foi beneficiada com tais ações para que a análise dos resultados mencionasse as necessidades sociais encontradas pelas empresas e o que os motivam a atender algumas necessidades em detrimento de outras.

3.5 Impactos das ações nas comunidades

No que refere aos resultados obtidos pela população local sobre as práticas realizadas pelas empresas de energia, quase todos os participantes (96,3%) informam que as ações das empresas beneficiaram a população e que o nível de melhoria notado por 51,9% dos participantes foi alto. Já para 42% dos participantes, a percepção de melhoria foi de relevância média e apenas 6,1% consideram baixa ou quase insignificante.

Sobre o apoio do poder público, na opinião de quase 60,9% dos participantes tais ações sociais tiveram o apoio do Governo municipal, 13% dizem que o poder público não apoia ou ajuda na realização desse tipo de projeto e 25,5% não sabem informar.

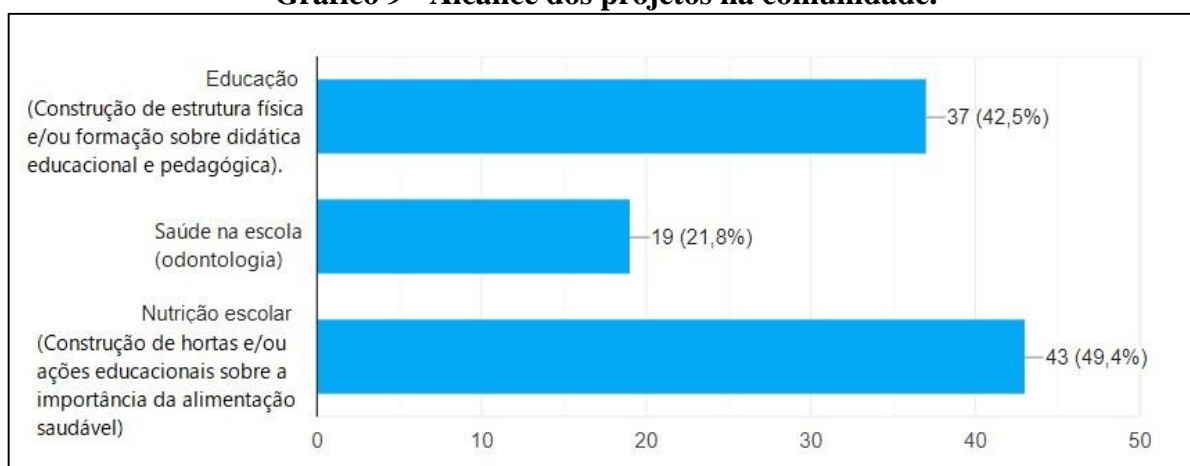
Ainda neste âmbito, foi questionado acerca das áreas que poderiam ser beneficiadas por investimentos sociais, além daquelas que foram alvo do estudo. Segundo a grande maioria (78,2%), a área da educação profissional merece ser contemplada pelos investimentos sociais das empresas. Próxima destes valores, a área de desporto é a segunda mais votada, com 62,1%,

os projetos de investimento na cultura com 58,6%, seguida pelos investimentos que possam proporcionar lazer para a população local, com 49,4%.

No que concerne à percepção do público beneficiado pelas práticas das empresas implementadas nas escolas investigadas, as questões de pesquisa foram divididas por projeto social, limitando o participante a opinar apenas sobre o projeto social que ele ou o filho participou e/ou foi beneficiado pelas ações, atividades e doações de cada projeto.

Desse modo, 49,4% dos participantes foram beneficiados com as ações realizadas pelo Projeto de Nutrição escolar, seguido de 42,5% pelo Projeto de Educação (construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica) e, por último, 21,8% pelo Projeto Saúde na escola (ações que promoveram o bem-estar nas questões de saúde odontológica na comunidade). O Gráfico 9 apresenta estes resultados.

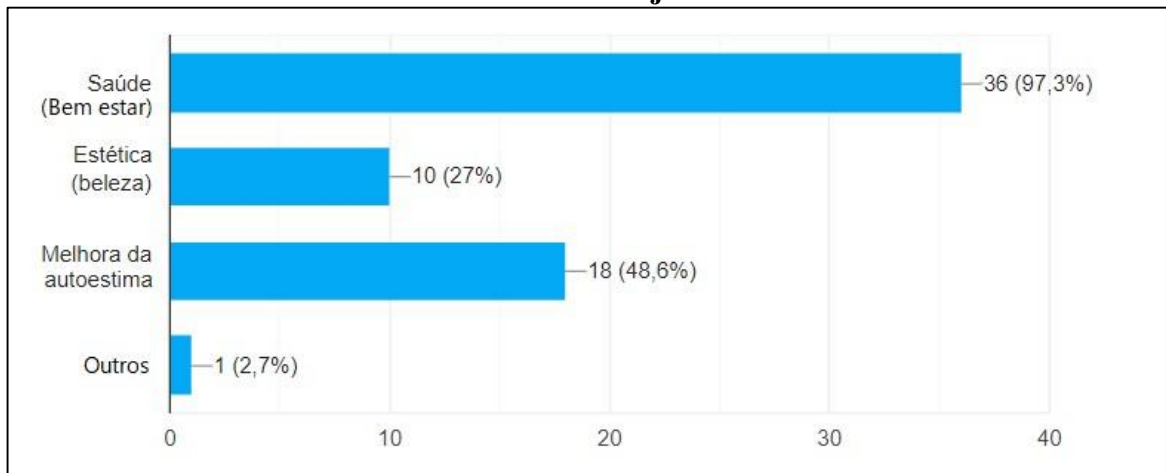
Gráfico 9 - Alcance dos projetos na comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No caso do público que foi beneficiado pelo Projeto Saúde na escola (odontologia), de um total de 34 pessoas, 71,4% delas usufruíram de atividades de ação e prevenção, 42,9% de tratamento extensivo e 8,6% de atendimentos de urgência. Seguidamente, foi questionado acerca de quais ações do projeto contribuíram para uma melhoria na comunidade. Cerca de 97,3% destacaram as ações de prevenção e tratamento odontológico, seguido pela melhoria da autoestima (48,6%), os aspetos relacionados à estética na opinião de 27% dos participantes e apenas um dos participantes destacou que o sorriso mais bonito foi o maior benefício.

Gráfico 10 – Benefícios do Projeto Saúde na escola.

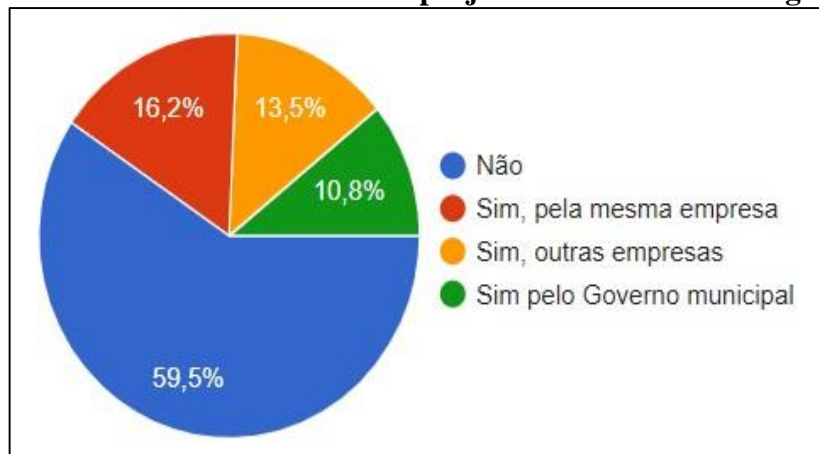


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Antes da realização do Projeto Saúde na escola (odontologia), 45,9% dos participantes afirmaram que não tinham tido acesso a esse tipo de atendimento há mais de um ano. Já na opinião de 18,9%, há um ano que não tinham este tipo de benefício (antes do projeto realizado pela empresa de energia) e 35,1% há menos de 6 meses.

De forma a analisar a periodicidade de ações de saúde odontológica, foi questionado se houve acesso a esse tipo de serviço após o projeto implementado pelas empresas e os resultados mostram ser bastante diferentes, conforme mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Continuidade dos projetos de saúde odontológica.



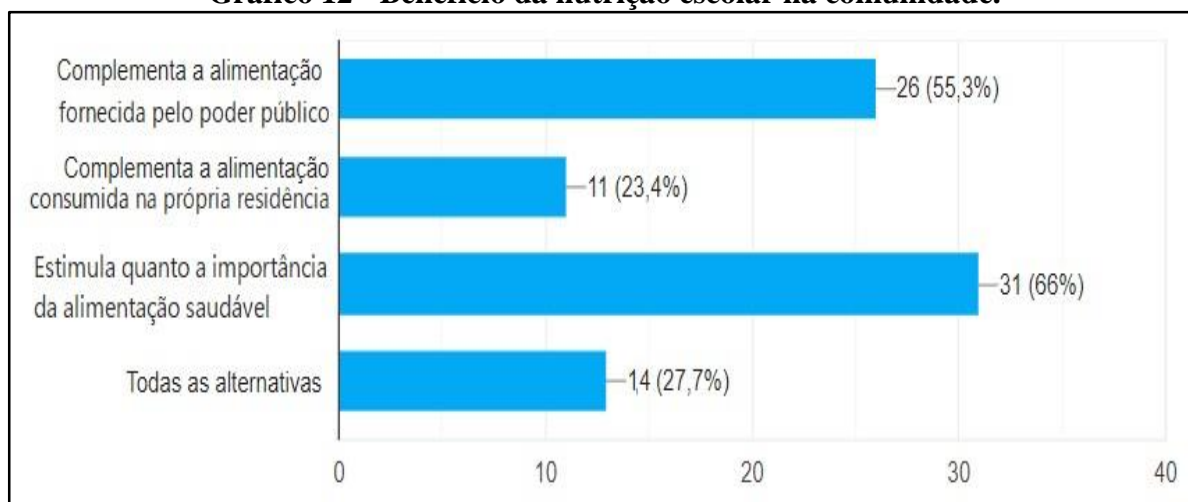
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme os resultados supracitados, foram poucas as ações realizadas na área de saúde odontológica junto do público investigado, o que nos permite realçar a importância da realização de investimentos, quer sejam públicos ou privados, e com maior frequência de modo a garantir a saúde bucal da população local.

No que respeita às atividades abrangidas pelo projeto, a que teve maior relevância na opinião dos beneficiados (85,1%) foi a construção da horta escolar e, para 34% dos participantes, as ações educacionais acerca da importância da alimentação saudável, seguido pela doação de alimentos (14,7%) e as informações sobre técnicas de produção de hortaliças, segundo 4,2% dos inquiridos.

Outro projeto implementado como práticas de responsabilidade social das empresas foi o Projeto Nutrição escolar sobre o qual a pesquisa recolheu informações acerca da percepção dos participantes quanto ao grau de importância dos benefícios proporcionados pelo projeto. No total de 66%, os participantes afirmam que o estímulo à alimentação saudável é o benefício mais importante promovido pelo projeto, seguido com 55,3% daqueles que afirmam que o complemento da alimentação já fornecida pelo poder público é o benefício mais relevante, conforme mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Benefício da nutrição escolar na comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quando questionados sobre a periodicidade com que os investimentos sociais são implementados na região, os participantes afirmaram que nunca tinham sido beneficiados com ações dessa natureza (65,9%), diferente dos outros 26,8% que dizem já terem sido beneficiados, mas que já tinha passado mais de um ano do último projeto social implementado na escola em benefício do seu público.

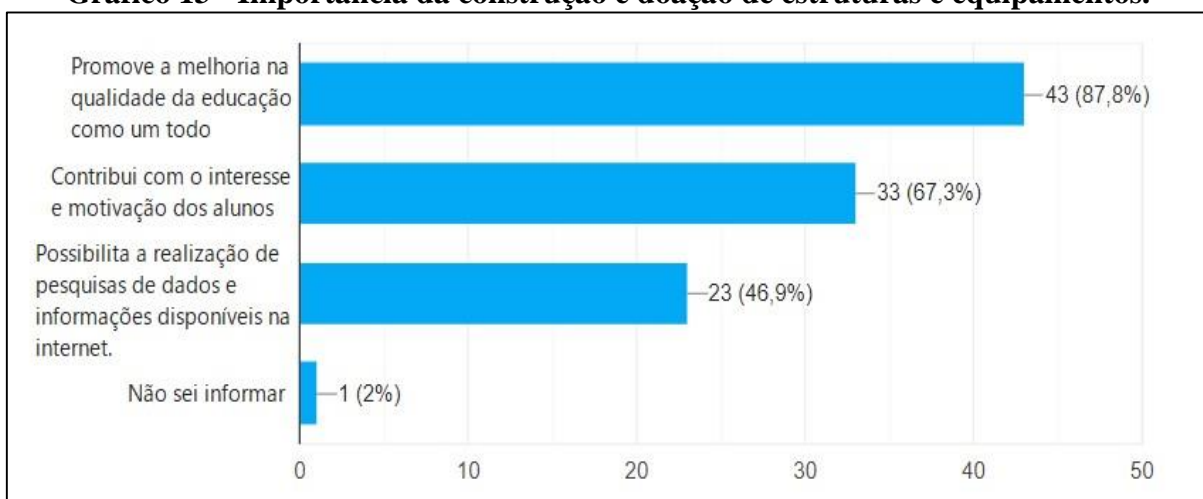
No entanto, quando questionados se após a execução do Projeto Nutrição escolar existiram ações sociais que abrangeram ações de nutrição e educação sobre o tema, 58,7% declararam não terem atendido mais esse tipo de ação, 19,6% dos participantes referiram terem sido beneficiados pela mesma empresa, 13% afirmam terem sido beneficiados pelo Governo

municipal e 8,7% referem ter tido acesso a benefícios semelhantes, entretanto realizados por outras empresas da região.

O terceiro projeto social sob investigação foi denominado, para efeitos desta pesquisa, Projeto Educação (construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica) por ter tido como objetivo atender tais necessidades com as três atividades supramencionadas da escola Elizeu Eli Barbosa, localizada na comunidade Canaã.

Ao serem questionados sobre qual a importância da construção e doação de estruturas físicas e equipamentos de informática, 87% dos respondentes afirmaram que estas ações promoveram uma melhoria na qualidade de educação como um todo; outros 67,3% disseram que contribuiu com o interesse e motivação dos alunos, conforme mais detalhado no Gráfico 13 abaixo.

Gráfico 13 - Importância da construção e doação de estruturas e equipamentos.



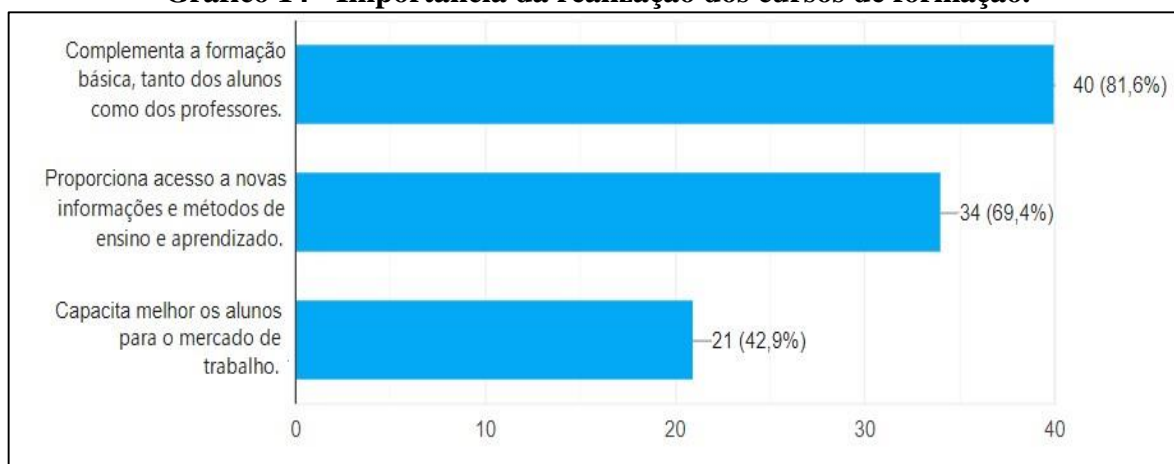
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os participantes também afirmam que a doação de equipamentos de informática possibilita a pesquisa de dados e informações disponíveis na internet, e que na opinião 46,9% dos inqueridos é importante ter acesso às informações mais atuais e de forma mais rápida para ajudar na formação tanto dos alunos como dos professores e profissionais da escola.

Segundo o público da escola, o maior benefício promovido pelo projeto, na opinião de 59,1% dos participantes, foi a construção de estruturas físicas, seguido pelas atividades de doação de equipamentos de informática (50%) e por último, mas não menos relevante, os cursos de formação de gestores, professores, profissionais e alunos que compõem a escola (29,5%).

No que respeita aos investimentos destinados a formações dos professores e dos alunos da escola, na opinião de 81,6% tais ações completam a formação básica de alunos e professores. Já 69,4% afirmam que os cursos de formação proporcionam o acesso a novas informações e métodos de ensino e aprendizagem e, por fim, 42,9% referem preparar melhor os alunos para o mercado de trabalho.

Gráfico 14 - Importância da realização dos cursos de formação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os projetos sociais na área da educação que ofereçam benefícios de estrutura, equipamentos e/ou cursos de formações não são comuns pois segundo a maioria dos participantes (50,6%), antes do referido projeto, nunca tinham sido beneficiados com projetos semelhantes e, na opinião de 29,9%, já fazia mais de um ano que projetos com esse perfil tinham sido implementados. Além disso, a grande maioria dos participantes (73,6%) nunca tinham tido acesso a esse tipo de projeto ou benefícios, e apenas 26,4% informaram que já receberam essas ações, isso demonstra que uma pequena parcela da comunidade possui algum tipo de ação na área de educação.

Considerando outros tipos de projetos na área da educação que contemplem benefícios semelhantes aos que foram implementados, foi questionado aos participantes acerca de outras necessidades que poderiam ser atendidas por esse tipo de ação. Segundo 68,5% dos participantes, os espaços externos (espaços de conveniência, recreação, etc.) merecem ser contemplados. Logo em seguida, com valores bem próximos, existe uma necessidade de investir em equipamentos de multimídia (63%), também as carências em estruturas internas (salas de aula, biblioteca, etc.) e na opinião de 59,3% podem ser alvos de investimentos de cunho social.

No que respeita ao contributo dos participantes como sendo resultados gerados da implementação dos projetos sociais, dos 87 participantes, 62,1% afirmam terem melhorado o

interesse dos alunos pelas atividades escolares, 49,4% afirmam que a implementação dos projetos sociais contribuiu para a relação entre a empresa e a comunidade e 43,7% do total afirmam terem melhorado o desempenho escolar dos alunos que foram beneficiados pela doação de equipamentos de informática.

Globalmente, as empresas realizam projetos na área da responsabilidade principalmente por exigências legais e das intuições financeiras, e somente durante a construção do empreendimento. Fatores que mostram que o investimento na área de responsabilidade social não se dá pela da cultura e/ou de forma voluntária, provocando a rotura da relação com a comunidade e da total finalização dos projetos implementados.

Concluída a análise dos resultados referente às respostas do público comunidade, ou seja, daqueles que verdadeiramente foram os beneficiários das práticas das empresas, foi possível perceber a importância das ações realizadas e da variabilidade de necessidades que podem ainda ser atendidas pelos investimentos de empresas instaladas no município, ainda que segundo a percepção da população, o Governo municipal não tenha um papel tão significativo no apoio de tais práticas.

CONCLUSÃO E INVESTIGAÇÃO FUTURA

O presente estudo teve como objetivo, através de uma análise exploratória, investigar a percepção tanto de quem investe em projetos de responsabilidade social como daqueles que são beneficiados. Além disso, foram analisados os contributos resultantes das práticas de responsabilidade social implementadas por empresas produtoras de energia na cidade de Trairi, Ceará, Brasil.

A partir do levantamento do levantamento bibliográfico e estudos na área, foi possível constatar que não há uma lei, ou sequer uma diretriz que organize tais práticas. Contudo, muitas empresas utilizam normativas como base para a implementação de ações e projetos socioambientais.

Relativamente ao público alcançado pela pesquisa, o número de participantes não correspondeu ao expectável, principalmente devido à falta de acessibilidade de plataformas que utilizam a internet e da falta de conhecimento por parte do público no que respeita às ferramentas tecnológicas. É de notar que a pandemia inviabilizou a aplicação de forma presencial por causa dos riscos de contrair o vírus. No entanto, importa realçar que mesmo com um público teoricamente menos significativo, no caso das escolas/comunidades, a avaliação dos resultados não foi comprometida e muito menos os contributos que esta pesquisa pretendia demonstrar, podendo servir como referência para que próximos estudos possam aprofundar ainda mais tais questões.

No que concerne à aplicação de investimentos sociais privados que visam o desenvolvimento socioeconómico da população localizada nas proximidades dos empreendimentos, segundo os gestores das empresas, segundo a percepção dos representantes das três empresas inqueridas os investimentos contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população local, ajudam a melhorar a imagem das empresas num âmbito global, assim como são práticas essenciais para construir uma boa relação com a comunidade. Contudo, a pontualidade com que as ações são realizadas, sem acompanhamento ou mesmo uma política de continuidade, é um fator realçado não só pelos representantes das empresas como também pelas comunidades que foram beneficiadas, demonstrando serem práticas de interesse a curto prazo e sem compromisso com resultados mais perenes e relevantes para a população local.

Na perspetiva da comunidade escolar inquerida, o que se conclui primeiramente é que a mesma valoriza as ações realizadas, com destaque para o Projeto Educação (construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica), seguido pelo Projeto Saúde na escola (odontologia), que, apesar de

ser uma atividade que faz parte da saúde básica oferecida pelo poder público à população, trouxe grandes benefícios, como saúde, estética e melhores níveis de autoestima para os beneficiados. No entanto, o Projeto Nutrição escolar apresentou uma baixa avaliação na opinião dos participantes, que referem ter tido resultados pouco relevantes.

Constatou-se através de questões relacionadas com as condições socioeconómicas (entre elas a renda familiar e a formação do núcleo familiar, ou seja, o número de pessoas que formam a família) que os participantes da pesquisa apresentam um quadro económico inferior, o que demonstra a dependência dessa população dos serviços públicos no que toca à ajuda social. Neste sentido, é possível concluir que os resultados das ações realizadas pelas empresas poderiam ter sido mais relevantes.

Dentro de todo o contexto estudado, duas propostas de ações futuras podem ser ponderadas. A primeira é a respeito dos investimentos que podem ser realizados durante um período de tempo mais alongado e não apenas no período de construção dos complexos de criação de energia, como acontece. A segunda proposta seria sobre processo de controlo dos resultados alcançados, uma vez que este estudo comprovou a pontualidade das ações e a falta de controlo por parte das empresas investidoras. É imperativo que programas de controlo e avaliação de resultados sejam parte do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT Editora – Associação Brasileira de Normas Técnicas: NBR ISO 26000 (2010). Diretrizes sobre responsabilidade social-Guidance on social responsibility. 1ª ed. ISBN 97885-07-02363-0
- ABEEólica- Associação Brasileira de energia eólica- Quantidade de parques eólicos instalados no Brasil. Recuperado de: <http://abeeolica.org.br/>, acessado a 28 de abril de 2021.
- Ablo, A. D. 2020. Enterprise development? Local content, corporate social responsibility and disjunctive linkages in Ghana's oil and gas industry. *The extractive industries and society*, 7, (2), 321-327. Ander Egg, E., & Idáñez, M. J. A. (2008). Diagnóstico social: conceitos e metodologias. Porto: Cadernos REAPN.
- Aguilar, R. S.; Oliveira, L. C. S., & Arcanjo, G. L. F. (2012). Energia renovável: os ganhos e os impactos sociais, ambientais e econômicos nas indústrias brasileiras. Encontro nacional de engenharia de produção, 32. Recuperado de http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_stp_167_970_19670, acessado a 2 de dezembro de 2020.
- Alberton, A., & Costa Júnior, N. Carneiro A. (2007). Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: benefícios dos sistemas de gestão ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. *RAC-eletrônica*, 1, (2), 153-171. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-gsa-2596.pdf>, acessado a 22 de abril de 2021.
- Alencastro, M. S. C. (2010). *Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa*. Curitiba: Intersaberes.
- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2018, dezembro). Informações Gerais [Comunicação]. <https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+4%C2%BA+trimestre+de+2018/36e91555-141a-637d-97b19f6946cc61b3>
- Aramaki, L.F.A. (2002). A responsabilidade social das empresas em meio a pandemia do covid-19 no ano de 2020: uma análise a partir de múltiplos casos do comitê Itaqui-Bacanga. Trabalho de conclusão de curso (bacharel em administração) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA. Recuperado de <http://hdl.handle.net/123456789/4558> 2020, acessado a 17 de abril de 2021.
- Ashley, P.A. (2019). *Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade nos negócios* (2ª ed). São Paulo/SP: Saraiva.
- Barbosa, E. S., et al. (2020). Responsabilidade social empresarial: uma ferramenta na construção da imagem das empresas. *Brazilian journal of development*, 6, (5), 31905-31922. doi:10.34117/bjdv6n5-587
- Barbosa, G. B., & Jacaúna, C. L. F. S. (2017). Análise da percepção ambiental dos estudantes da escola municipal Charles Garcia sobre a produção de resíduos sólidos no Bairro Santa Rita

de Cássia. Recuperado de <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/707>, acessado a 22 de abril de 2021.

Bertoncello, S. L. T., & Chang-júnior, J. (2020). A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. 2020. Recuperado de <http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/a-importancia-da-responsabilidade-socialcorporativa-como-fator-de-diferenciacao/>, acessado a 1 de março de 2021.

BRASIL. Resolução nº 5, de 01 de agosto de 2019. Brasília,

Brizolla, M.M.B, Petry, J.F, Uchôa, A.G.F, & Ferreira, H.L.B (2020). Uma revisão sobre a pesquisa qualitativa em ciências sociais aplicadas, 2 (3), 103-130.

Carmargo, Shubert Engenheiro et al. (2019). *Ceará- Atlas Eólico e Solar. Curitiba Carmargo Shubert. Fortaleza: ADECE:FIEC:SEBRAE*, 23. ISBN 978-85-67342-05-4.

Cabral, I., & Vieira, R. (2012). Viabilidade econômica x viabilidade ambiental do uso de energia fotovoltaica no caso brasileiro: uma abordagem no período recente. In: III congresso brasileiro de gestão ambiental.

Carvalho, L. H. R. (2018). A energia que liga o país com mais responsabilidade social: um estudo de caso do operador nacional do sistema elétrico (dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/JR.

Comissão europeia. Livro verde – promover um quadro europeu para responsabilidade social das empresas. Bruxelas: comissão europeia, com 366 final. 2001.

Coutinho, M. O., (2019). Responsabilidade social em projetos de construção civil. Dissertação (mestrado em ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

Coutinho, R. B. G., & Soares, T. D. M. (2002). Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*. 6, 3, ANPAD.

Costa, T. G., & Carvalho, L. C. (2016). *Gestão Internacional - Contextos e Tendências* (1ª ed). Lisboa: Silabo.

Domingos, I., & branco, P. (2012). *Responsabilidade Social Organizacional: Desenvolvimento e Sustentabilidade* (1º ed.),12. Porto, Portugal: Edições Húmus. ISBN: 978989-8549-13-6

Fedrizzi, N. V. (2018). Caminhos para o enfrentamento de crises hídricas: estudo de caso do sistema descoberto, Distrito Federal. (Trabalho de conclusão do curso de Engenharia Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Ferreira, L. C., et al. (2019). Educação ambiental e sustentabilidade na prática escolar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (REYBEA)*, 14 (2), 201-214.

Ferreira, E. (2010). Educação ambiental e desenvolvimento de práticas pedagógicas sob um novo olhar da ciência química. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 115.

- Fernandes, S. (2018). Panorama sobre sistemas de gestão integradas no setor de metalurgia sobre a ótica da sustentabilidade corporativa (Trabalho de conclusão de curso de Engenharia de Segurança do Trabalho) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis/SC.
- Fialho, J.; Silva, C. A. & Saragoça, J. (2019). Diagnóstico Social - Teoria, Metodologia e Casos Práticos (2ª ed). Lisboa, Portugal: Sílabo.
- Figueira, V., & Dias, R. (2011). *A Responsabilidade Social no Turismo*. Lisboa: Escolar.
- Filho, Rodrigues., (2003). A Responsabilidade social das empresas no Brasil. *Revista brasileira de administração*. Ano XIII, nº 42, 24-32.
- Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, (6ª ed.). São Paulo, Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, (5ª ed.). São Paulo, Atlas.
- Giraud, P.-N., (2014). A globalização: Emergências e fragmentações. ISBN-10 989828594X. ISBN-13. Lisboa: Texto, & Grafia.
- Golden, S (2014). *Qualitative Research*. Keiser University.
- Jesus, T. A.; Sarmiento, M., & Duarte, M. (2018). Ética e responsabilidade social. Dos Algarves: a multidisciplinary e-journal, (29), 3-30. Recuperado de <http://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/109>, acessado a 22 de abril de 2021.
- Kotler, P.; Hessekiel, D. & Lee, R. N. (2012). Boas Ações-Uma nova abordagem empresarial. Traduzido por Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kruglianskas, I., & Pinsky, V. C. (2019). *Gestão estratégica da sustentabilidade- Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Alta Books. ISBN 978-85-508-0188-9.
- Laasch, O., & Conaway, R. N. (2015). *Fundamentos da Gestão Responsável: Sustentabilidade, Responsabilidade e Ética*. São Paulo: Saraiva.
- Langley, A., & Abdallah, C. (2011). Templates and Turns in Qualitative Studies of Strategy and Management. *Research in Strategy and Management*.6. 105-140. doi: 10.1108/S14798387(2011)0000006007
- Lázaro, L. L. B., & Gremaud, A. P. (2016). A responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na América Latina: Brasil e México. *Revista de administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 9 (1), 138-155.
- Leandro, A., & Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. Exedra: *Revista Científica*, 1, 11-40. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3684511>
- Marques, E. P., Pelicioni, M. C., & Pereira, I. M. (2007). Educação Pública: Falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 17(3),8-20.

- Melo, N. F. P., & Froes, C. (2001). *Gestão de responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. (2ª ed). Rio de Janeiro/RJ: Qualitymark. ISBN-10:8573035196.
- Mello, R.; Naime, R., & Hupffer, H. M. (2012). Avaliação sobre o uso de práticas de sustentabilidade na hotelaria—estudo de caso em hotéis de uma cidade do litoral norte do Rio Grande do Sul. *Revista eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 8(8), 1689-1699. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5902/2236117063225>.
- Mello, M. F., & Mello, A. Z. (2018). Uma análise das práticas de responsabilidade social e sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. *Gestão & produção*, 25(1), 81-93. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/0104530x1625-16>
- Melubo, k.; Lovelock, B., & Filep, S. (2019). Motivations and barriers for corporate social responsibility engagement: evidence from the Tanzanian tourism industry. *Tourism and hospitality research*, 19(3), 284-295. doi:10.1177/1467358417742685
- Moretto, C. M., & Fioreze, C. (2019). Responsabilidade social e perspectiva democrática. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 24 (1).
- Oliveira, F. Cardozo, & Guimarães, F. P. M. (2017). Responsabilidade social das empresas e sua relevância para a evolução social na perspectiva da realidade brasileira. *Revista Brasileira de Direito Empresarial*. Maranhão, 3 (2), 100-115. doi:10.26668/IndexLawJournals/25260235/2017.v3i2.3776
- Peña, D. D.; Serra, A., & Ramón, J. (2017). Fatores do conhecimento da responsabilidade social empresarial no hotel sector do caribe colombiano. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 16(2), 104-124. doi:10.5585/ijsm.v16i2.2475
- Parente, J., & Gelman, J. J. (2016). *Varejo e Responsabilidade Social, Visão Estratégica e Práticas no Brasil*. Porto Alegre: Bookman.
- Patias, N. D., & Hohendorff, J.V. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Revista Psicologia em Estudo*, 24. doi:10.4025/psicolestud.v24i0.43536
- Pereira, A.C.; Silva, G. Z., & Carbonari, M. E. E. (2017). *Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente*. São Paulo/SP: Saraiva Educação S/A.
- Pereira, M. S. C., (2017). *Sustentabilidade ambiental e reabilitação arquitetônica* (dissertação de mestrado em Arquitetura) - Universidade de Lisboa, Lisboa/PT.
- Reigota, M. (2009). *O que é educação*. (2ª ed). *Revista e ampliada*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, J., & Duarte, M. (2012). *Responsabilidade social e ambiental das empresas*. Lisboa: Escolar.
- Rossi, A. J., Lumertz, J., & Pires D. d.(2017). As parcerias público-privadas na educação Cerceando autonomia e gestão democrática. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, 11(21). Recuperado de: <<http://www.esforce.org.br>>

Santos, M. J., & Silva, R. R. (2010). A importância da responsabilidade social corporativa para a potenciação do capital social em pequenas e médias empresas. *Revista de Ciências da Administração*, 12(27), 190-207. Recuperado de: <https://doi.org/10.5007/21758077.2010v12n27p190>, acessado a 18 de abril de 2021.

Silveira, I. M. S. C. da, Ruas, T. De O., & Ferreira Elias, Nayara. (2021). Educação ambiental e suas práticas como exercício da cidadania na escola básica. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade de Montes Claros*, 3 (01),106-123. Recuperado de: <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520211106123>, acessado a 18 de abril de 2021.

Soccol, F. Junior, et al. (2016). Desafios para implementação da geração distribuída de energia no brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian journal of production engineering-BIPE*, 201, 31-43.

Tiepolo, G. M., et al. (2012). Fontes renováveis de energia e a influência no planejamento energético emergente no Brasil. In: VIII Congresso Brasileiro de Planejamento Energético–CBPR. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/275951373>, acessado a 22 de abril de 2021.

Treptow, I. C, et al. (2019). Práticas de inovação sustentável em empresas incubadas da cidade de Santa Maria, RS. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 9(1), 82-97.

Triviños, Augusto N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Yin, R.K. (2015). *Estudo de caso. Planejamento e Métodos* (5ª ed.). (D.Grassi, Trad.) Porto Alegre, RS: Bookman.

Zanatta, S. S., & Maciel, J. C., (2020). Pantanal ameaçado: as contradições em torno das narrativas para produção de energia hídrica. *Revista Brasileira de Meio ambiente*, 8(1). Recuperado de: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3612319>, acessado a 21 de abril de 2021.

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA
Curso de Mestrado em Ciências Empresariais
IPS-Instituto Politécnico de Setúbal-Portugal

Estimado/a respondente,

Antes de mais nada gostaria de agradecer sua atenção e disponibilidade em participar nesta pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Empresariais pelo IPS-Instituto Politécnico de Setúbal-Portugal, com propósito exclusivamente acadêmico.

Tendo como objetivo principal do estudo.

□ Avaliar as práticas de responsabilidade social das empresas do setor de energia renováveis em termos dos contributos para a comunidade educacional da cidade de Trairi, Ceará, Brasil.

Que pretendo apresentá-la como trabalho de conclusão do curso já mencionado que tem como Tema: “PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA RENOVÁVEIS: INFERÊNCIAS SOCIOEDUCACIONAL NA CIDADE DE TRAIRI, CEARÁ, BRASIL”.

Vale ressaltar que sua participação é anónima não sendo obrigatório o preenchimento de sua identificação pessoal tampouco da empresa que você representa. Entretanto ressalvo que é de extrema importância sua atenção e zelo ao responder e, que as informações aqui declaradas sejam verídicas e confiáveis contribuindo para que a análise a ser realizada seja também.

INSTRUÇÕES PARA RESPONDER ÀS PERGUNTAS:

Destaco ainda, que nesta pesquisa não existem respostas certas ou erradas, o que se pretende é captar sua opinião sobre as perguntas realizadas de forma complementar ao final da pesquisa tem um espaço reservado para:

- 1- Complementar sua opinião sobre quaisquer uma das perguntas realizadas.
- 2- Para citar seu endereço de e-mail, caso queria receber cópia deste estudo.
- 3- A última página deste documento contém mais informações sobre os termos utilizados ao longo desta pesquisa.

Havendo qualquer tipo de dúvida é favor entrar com contato por um dos endereços de e-mail: alcileia.farias@estudantes.ips.pt ou cileiasenna.farias@gmail.com.

09. Qual era a função que você desempenhava no período em que foram executados os investimentos sociais nas escolas do município de Trairi?

- Gestão (CEO) Financeiro (CFO) Recursos Humanos
 Operacional Gestor socioambiental Outros

10. Considerando a época do trabalho realizado em Trairi. Há quanto tempo você atou ou ainda atua nesta mesma função ou em funções que envolvam Práticas de Responsabilidade Sociais?

- Menos que 02 anos. de 02 à 04 anos.
 de 05 à 10 anos. Mais que 10 anos.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

11. Você teve conhecimento ou participou dos investimentos sociais implementados nas escolas municipais de Trairi-Ceará- Brasil?

- Sim Não

(*) Caso sua resposta acima for SIM, responda:

12. Por qual(is) o(s) motivo(s) a sua empresa realiza investimentos sociais?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Cultura (filantropia/doação).
 Exigência legal.
 Pressão da sociedade local.
 Acordos políticos com a Gestão pública municipal.
 Exigências das Instituições Financeiras (fontes dos recursos financeiros (empréstimos/ investimentos).
 Estratégia Organizacional – visão de mercado (acionistas ou investidores - obter vantagens competitivas).
 Estratégia Organizacional – visão de local (Construir e manter uma boa relação com a comunidade local).

13. Em qual(is) momento(s) abaixo, a empresa realizou ou realiza investimentos sociais?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Durante o estudo de licenciamento ambiental.
 Durante a construção dos complexos de geração de energia.
 Durante todo o tempo em que a empresa opera na região (é uma prática constante).

- Ocasionalmente, quando considerar relevante a necessidade e que a ação seja legítima.
 Outros.

14. Em qual das áreas abaixo foram implementados os projetos sociais que beneficiaram as escolas públicas de Trairi?

- Saúde (Odontologia)
 Nutrição escolar (Construção de hortas e/ou ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável)
 Educação (Construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica)

15. O(s) projeto(s) social(is) que foram implementados continuam a ser acompanhados pela empresa, após sua entrega ou conclusão?

- Sim Não Não sei informar
 Sim, mas de forma esporádica (as vezes)

16. Quais as condicionantes abaixo foram consideradas no processo de escolha de quem seria beneficiado com os investimentos sociais?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Se existir possibilidade da empresa sofrer influências negativa da população, (conflitos).
 Se a população a está localizada na(s) via(s) de acesso a obra e portanto sofrem influência quanto a movimentação inerente a atividade de construção do complexo de energia.
 Se a população a ser beneficiada encontra-se em estado de vulnerabilidade social e o que está sendo solicitado possa contribuir de alguma forma para que melhore esse estado.
 Se a população a ser beneficiada tem expertise naquilo que está pedindo, por exemplo, artesanato, pesca, agricultura e etc.
 Se a população tem baixo ou nenhum acesso a serviços básicos, como por exemplo, (equipamentos ou atendimento em saúde, cursos formação, estrutura física de possibilite atender as necessidades da população (salas de aula), nutrição escolar (hortas escolares).
 Se as solicitações advém do poder público municipal, e é resultado de parcerias e acordos.
 Outros

17- O poder público municipal é parceiro na realização dos PROJETOS SOCIAIS?

- Sim Não Não sei informar

18. Quem decidiu sobre quais os projetos sociais a serem beneficiados?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Gestor (CEO) Financeiro (CFO) Poder público

- As Instituições Financeiras (fontes dos recursos/fonte de empréstimos) (
 Não sei informar

19- Quem decidiu sobre quanto (R\$) será investido em ações e projetos sociais?

- Gestor (CEO) Financeiro (CFO) Poder público
 As Instituições Financeiras (fontes dos recursos/fonte de empréstimos)
 Não sei informar

20- Qual o valor, aproximadamente, (em cifras monetárias (R\$) ou em percentuais (%)) que a empresa investiu em ações e projetos sociais implementados?

Em R\$

- entre 50 à 100 mil reais entre 100 à 200 mil reais
 Maior que 200 mil reais Não sei informar

Ou, Em %

- entre 0,02 a 0,05% do valor do empreendimento.
 entre 0,05 a 1,5% do valor do empreendimento.
 Não sei informar.

21. Quais os critérios usados na seleção do público que foi beneficiado?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Relevância da proposta (público alvo, carência social, baixo índice de desenvolvimento humano- IDH).
 Legitimidade e organização dos beneficiários (Documentação legal, organização jurídica, comprovação de outras ações já desenvolvidas e bem realizadas).
 Risco reduzido de haver de abandono, má gestão ou apropriação indébita dos benefícios.
 Melhor relação custo/benefício, em comparação a outras propostas recebidas.

22- A empresa ainda realiza investimentos sociais no município, ou financia algum tipo de projeto social?

- Sim Não
 Não sei informar, pois já não faço parte da empresa
 Sim, mas de forma esporádica (às vezes)

23. Quais outros tipos de projetos que a empresa já realizou no município?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Educação Saúde Nutrição Meio ambiente
 Esporte Cultura Lazer Não sei informar

24. Dos projetos sociais já realizados pela empresa, qual (is) que apresentaram os melhores resultados?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Saúde (Odontologia)
- Nutrição escolar (Construção de hortas e/ou ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável)
- Educação (construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica)
- Cultura Esporte Lazer
- Meio ambiente Não sei informar

25. Quais as maiores dificuldades encontradas na implantação dos projetos sociais?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Falta de apoio do poder público local na implementação.
- Falta de estrutura institucional ou administrativa dos pretendidos beneficiários ()
Falta de plano de continuidade e manutenção por parte dos pretendidos beneficiários.
- Não sei informar.

26. Na sua opinião, qual(is) o(s) resultado(s) que os investimentos em projetos sociais realizados no município de Trairi deixam para a população beneficiada?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Contribuiu com a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.
- Colaborou com a imagem da empresa junto à comunidade local.
- Colaborou com a imagem da empresa junto mercado.
- Contribuiu com a melhoria da relação entre a empresa e o poder público local.
- Outros.

INFORMAÇÕES CONCEITUAIS

Sobre as AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL realizadas por empresas.

27. Na sua opinião, por que as práticas de Responsabilidade Social Empresarial são importantes para as empresas?

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- Promove a relação entre a empresa e a comunidade local.
- Desenvolve conceitos e conscientização sobre solidariedade, voluntariado e socialização junto aos funcionários.

- () Garante que a empresa é cumpridora com os requisitos legais, ambientais e sociais.
- () Reconhece, respeita e procura seguir os padrões éticos/morais exigidas pela sociedade.
- () Torna-se um ativo importante para a empresa.
- () Outros.

28. Na sua opinião, em que resulta as práticas de Responsabilidade Social Empresarial:

ATENÇÃO: você pode escolher mais de uma opção.

- () Beneficia as populações, apoiando ações sociais locais.
- () Atende as necessidades mais urgentes da comunidade local.
- () Atende um público específico de interesse estratégico da empresa.
- () Oferece oportunidades que não são disponibilizadas pelo poder público.
- () Contribui para o desenvolvimento socioeconômico local.
- () Fortalece a interatividade entre empresa e comunidade local, mitigando riscos de haver conflitos.
- () Outros

Utilize este espaço para dar sua opinião sobre a pesquisa ou uma das perguntas realizadas.

Utilize este espaço para registrar seu e-mail, caso queira receber uma cópia dessa pesquisa.

ANEXO 2
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA
Curso de Mestrado em Ciências Empresariais
IPS-Instituto Politécnico de Setúbal-Portugal

Estimado/a respondente,

Antes de mais nada gostaria de agradecer sua atenção e disponibilidade em participar nesta pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Empresariais pelo IPS-Instituto Politécnico de Setúbal-Portugal, com propósito exclusivamente acadêmico.

Esta pesquisa será realizada junto à três das empresas de energia instaladas no município de Trairi e à três escolas da rede municipal de educação que foram beneficiadas com PROJETOS SOCIAIS implementados por essas empresas entre os anos de 2014 à 2016.

Desta forma, tem-se como objetivo principal do estudo:

□ Avaliar as práticas de responsabilidade social das empresas do setor de energias renováveis, em termos dos contributos para a comunidade educacional da cidade de Trairi, Ceará, Brasil.

Tendo como propósito utilizar os resultados desta pesquisa como mecanismo de fundamentação e embasamento teórico para a dissertação do meu trabalho de conclusão de curso, que tem como tema: “PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: INFERÊNCIAS SOCIOEDUCACIONAIS NA CIDADE DE TRAIRI, CEARÁ, BRASIL”.

Vale ressaltar, que a sua participação é anónima, não sendo obrigatório o preenchimento da sua identificação pessoal, tampouco, da empresa que você representa. Entretanto, ressalvo que é de extrema importância a sua atenção e zelo ao responder e, que as informações aqui declaradas sejam verídicas e confiáveis, contribuindo para o êxito da análise a ser realizada.

INSTRUÇÕES PARA RESPONDER AS PERGUNTAS:

Destaco ainda, que nesta pesquisa não existem respostas certas ou erradas, o que se pretende é captar sua opinião sobre as perguntas realizadas. Ao finalizar tem um espaço reservado para:

- 4- Complementar sua opinião sobre quaisquer uma das perguntas realizadas.
- 5- Para citar seu endereço de e-mail, caso queria receber cópia deste estudo.
- 6- Mais informações sobre os termos aqui utilizados, veja a última página deste documento.

Havendo qualquer tipo de dúvida, entrar em contato por um dos endereços de e-mail: alcileia.farias@estudantes.ips.pt ou cileiasenna.farias@gmail.com.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA – DADOS PESSOAIS

01. Sexo:

() Masculino () Feminino

02. É morador do município de Trairi?

() Sim () Não

03. Em que faixa etária abaixo, você se inclui?

() entre 18 e 25 anos () entre 26 e 33 anos () entre 34 e 41 anos

() entre 42 e 49 anos () entre 50 e 57 anos () Mais que 57 anos

04. Você responde a esta pesquisa por você mesmo ou em nome do seu filho(a)?

() Por mim () Em nome do meu filho

05. Que tipo de entrevistado você é?

Diretor escolar Coordenador Escolar Funcionário da escola ()
Professor (docente) Pai/mãe de aluno Aluno (maior de 18 anos)

06. Qual seu local de residência (onde mora)?

Trairi – Sede Comunidade de Canaã
 Comunidade de Campestre Comunidade de Alto São Francisco

07. Sobre quais das escolas/comunidades você está respondendo?

Escola Ubiratan Diniz de Aguiar / Comunidade de Canaã
 Escola Joventina Moreira de Oliveira/ Comunidade de Campestre
 Escola Elizeu Eli Barbosa / Comunidade de Alto São Francisco

08. Qual é seu nível de escolaridade?

Não estudou
 Da 1^a à 4^a série do Ensino
 Da 5^a à 8^a série do Ensino
 Ensino Médio (antigo 2º grau)
 Ensino Superior (graduado)
 Pós-graduado
 Mestrado
 Doutorado

09. Quantas pessoas, no total, residem na mesma casa? _____
10. Quantas dessas pessoas são estudantes da rede municipal de educação? _____
11. Quantas pessoas, que moram na mesma casa, trabalham com contrato de trabalho (modo formal)? _____
12. Quantas pessoas, que moram na mesma casa, trabalham por conta própria (autônomo)? _____
13. Quais as profissões que os residentes dessa mesma casa exercem?
- () Agricultor () Dona de casa () Pescador () Outros
- () Trabalhador autônomo () funcionário de empresa privada
- () Funcionário do Governo Municipal (concurado ou não)
14. Você ou alguém da residência é aposentado ou pensionista?
- () Não () Se sim
15. Você ou alguém da família recebe algum outro tipo de benefício do Governo? (por exemplo, auxílios como bolsa escola, bolsa família, ou outros)
- () Sim () Não
16. Qual o valor total (em média) dos rendimentos com os benefícios recebidos do Governo? (somando: Aposentadoria, pensão, auxílios, como: bolsa escola, bolsa família entre outros)
- () Até ½ (meio) salário mínimo (até R\$ 550,00).
- () Entre ½ (meio) salário e 01 salário mínimo (de R\$ 550,00 até R\$ 1.100,00).
- () Acima do valor anterior.
17. Quanto é, aproximadamente, a renda mensal (em média) de toda a família, somando os rendimentos de quem trabalha?
- () Abaixo de 01 (um salário mínimo).
- () Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00).
- () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00)
- () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00)
- () Acima de R\$ 6.600,00

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA – DADOS GERAIS

18. Você conhece alguma empresa de **energia renováveis** instalada no município de Trairi?
- () Sim () Não
19. Você conhece ou já ouviu falar dos **projetos sociais** que as empresas realizam em benefício da comunidade local?

() Nutrição escolar (Construção de hortas e/ou ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável)

() Educação (construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica)

ATENÇÃO: Nas próximas perguntas, marque somente a área ~~que~~ que você ou seu filho participou ou foi beneficiado, exemplo:

*Se você foi beneficiado na SAÚDE na escola, e não nos projetos de Nutrição ou Educação

RESPONDA somente as perguntas sobre SAÚDE.

*Se você foi beneficiado na NUTRIÇÃO escolar, e não nos projetos de Saúde ou Educação

RESPONDA somente as perguntas sobre NUTRIÇÃO.

*Se você foi beneficiado na EDUCAÇÃO, e não nos projetos de Saúde ou Nutrição
RESPONDA somente as perguntas sobre EDUCAÇÃO.

26. Se você ou seu filho foi beneficiado na área da SAÚDE na escola (odontologia), responda:

26.1 Qual foi o benefício recebido ou a especialidade que você ou ele foi atendido?

- () Ações de Prevenção () Tratamento extensivo
() Atendimento emergencial () Não sei ou não me lembro

26.2 Na sua opinião, em qual aspecto os benefícios odontológicos contribuíram para a melhoria da qualidade de vida?

- () Saúde (bem estar) () Estética (beleza) () Melhora da autoestima () Outros

26.3 Há quanto tempo que você ou seu filho não tinha acesso a esse tipo de atendimento, por meio da mesma empresa, de outras empresas, do Governo municipal ou de forma particular?

- () 06 meses () 01 ano () Mais de 01 ano

26.4 Depois desses benefícios, você ou seu filho já foi(ram) atendido(s) esse tipo de serviço?

- () Não
() Sim, pela mesma empresa () Sim, Outras empresas () Sim pelo Governo municipal

27. Se você ou seu filho foi beneficiado na área da NUTRIÇÃO ESCOLAR, responda:
(Construção de hortas e/ou ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável)

27.1 Quais os principais, ou mais importantes, benefícios que o projeto NUTRIÇÃO ESCOLAR implementou?

- Construção de horta e/ou doação de equipamentos.
 Doação de alimentos.
 Ações educacionais sobre a importância da alimentação saudável.
 Técnicas de cultivo e produção de hortaliças. ()
 Outros

27.2 Na sua opinião qual a importância desse tipo benefício?

- Complementa a alimentação fornecida pelo poder público.
 Complementa a alimentação consumida na própria residência.
 Estimula quanto a importância da alimentação saudável.
 Todas as alternativas.

27.3 Há quanto tempo, que você, seu filho ou a comunidade não tinha acesso a esse tipo de benefício?

- 06 meses 01 ano Mais de 01 ano Nunca tiveram

27.4 Depois desse projeto em NUTRIÇÃO ESCOLAR, você ou a sua escola já foi(ram) atendido(s) por outro projeto ou ação similar?

- Não
 Sim, pela mesma empresa Sim, Outras empresas Sim pelo Governo municipal

28. Se você ou seu filho foi beneficiado na área de EDUCAÇÃO, responda:

Educação (Construção de estrutura física, doação de equipamentos de informática e/ou formação sobre didática educacional e pedagógica)

28.1 Quais os principais, ou mais importantes, benefícios que o projeto em EDUCAÇÃO implementou?

- Construção estruturas físicas.
 Doação de equipamentos de informática.
 Curso de Formação e/ou capacitação.

Outros

28.2 Na sua opinião, qual a importância da construção e doação de estruturas e equipamentos? Promove melhoria na qualidade da educação como um todo.

Contribui com o interesse e a motivação dos alunos.

Possibilita a realização de pesquisa de dados e informações disponibilizadas na internet.

Não sei informar

28.3 Na sua opinião, qual a importância da realização dos cursos de formação e/ou capacitação tanto para professores como alunos?

Complementa a formação básica, tanto dos alunos como dos professores.

Proporciona acesso a novas informações e métodos de ensino e aprendizado.

Capacita melhor os alunos para o mercado de trabalho.

28.4 Há quanto tempo, que você, seu filho ou a escola não tinham acesso a esse tipo de benefício?

06 meses 01 ano mais de 01 ano Nunca tiveram

28.5 Após a implementação do projeto em EDUCACÃO, você, seu filho ou a organização Social que você é membro foi(ram) atendido(s) por outro projeto ou ação similar?

Não

Sim, pela mesma empresa Sim, Outras empresas Sim pelo Governo municipal

29. Na sua opinião, quais outras necessidades que a escola ainda tem e pode ser beneficiada com investimentos sociais?

Estruturas internas (salas de aula, biblioteca, etc.).

Espaços externos (ambientes de convivência, recreação, etc.).

Equipamentos de multimídia

30. Na sua opinião, quais os contributos percebidos no que diz respeito a implementação dos projetos sociais?

Contribuiu com a relação entre comunidade e empresa.

Incentivou o interesse dos alunos pelas atividades escolares.

Melhorou a diversidade e a qualidade da alimentação oferecida na escola.

Melhorou o desempenho escolar dos alunos beneficiados com os equipamentos de informática. Outros

Utilize este espaço para dar sua opinião sobre a pesquisa ou uma das perguntas realizadas:

Utilize este espaço para registrar seu e-mail caso queira receber uma cópia desta pesquisa.
